

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de Assinatura do Primeiro Anúncio Público de Terminais de Uso Privado

Palácio do Planalto, 03 de julho de 2013

Queria cumprimentar o Michel Temer, vice-presidente da República.

As senhoras e os senhores ministros presentes cumprimentando o ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino, e a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, que foram os responsáveis por esse projeto dos portos no Brasil.

Queria cumprimentar o senhor Pedro Brito, ex-ministro-chefe da Secretaria de Portos e diretor-geral da Antaq.

Queria cumprimentar o senador Eduardo Braga, líder do governo e relator do projeto.

Queria cumprimentar a Kátia Abreu, presidente da CNA, que muito contribuiu com as suas sugestões para esse projeto.

Queria cumprimentar os senhores deputados federais aqui presentes que também deram a sua contribuição: Ariosto Holanda, Arnon Bezerra e José Guimarães.

Queria cumprimentar as senhoras e senhores empresários do setor portuário.

Cumprimentar os jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas.

Esse é o primeiro anúncio de cinquenta terminais, como vocês viram, de uso privado, de terminais de uso privado que nós estamos anunciando após aprovação tanto da Lei dos Portos quanto da promulgação do decreto. E eu acredito que ele tem um papel muito importante: serão R\$ 11 bilhões de investimento. E ao mesmo tempo movimentarão 105 milhões de toneladas a mais no sistema portuário brasileiro.

Os ministros do governo, eles agiram de uma forma bastante acelerada para garantir que esse projeto tivesse resultados, o mais rápido possível, dada a urgência para o Brasil. Urgência para o setor agrícola, para o transporte de graneis sólidos, de graneis líquidos na área de combustíveis, de contêiner e, como eu disse, ele faz parte... é um primeiro passo. É um primeiro passo com uma característica muito positiva, ele foi célere, foi rápido. E ao mesmo tempo ele abre o caminho por uma grande modernização do sistema portuário brasileiro. É um passo concreto que tem um sentido simbólico. Hoje nós estamos completando o que a gente chamou quando lançamos o projeto, de nova abertura dos portos brasileiros. Ao invés de ser às nações amigas é ao setor privado deste país.

Por que isso? Porque nós precisamos de uma estrutura mais robusta no sistema portuário, de maior eficiência. E também nós precisávamos diminuir, praticamente superar, as reservas de mercado que retardavam o desenvolvimento da economia brasileira.

Nós temos certeza que essa nova Lei dos Portos executada com celeridade, com eficiência, ouvindo o setor e garantindo um fluxo constante de autorizações, ela não só vai ampliar a concorrência entre os prestadores de serviços portuários, como ela vai aumentar, também, oportunidades. Ela vai garantir que haja mais oportunidades, mais possibilidades de investimento por aqueles que têm necessidade de ter um terminal que, muitas vezes até funciona como um prolongamento do seu empreendimento, e também é uma garantia de competitividade da economia brasileira.

Nós estamos atacando um dos problemas mais graves que o país tinha na área de infraestrutura logística. É o primeiro passo, mas a gente sabe que uma caminhada, ela tem uma característica, ela começa com o primeiro passo, e essa é uma longa caminhada em busca de um sistema portuário que seja compatível com o nosso país.

Vamos assegurar essas medidas todas, sobretudo, aquilo que norteou o espírito da nova lei: maior capacidade de movimentação de carga pelo menor custo possível. A maior movimentação possível pelo menor custo possível. E é importante perceber que essa é uma parceria real em que o setor público viabiliza as condições menos burocráticas e mais simplificadas para o acesso e para a construção de terminais de uso privado.

Essa questão da simplificação é uma coisa muito importante, porque fazer o simples pode parecer fácil, mas talvez seja a coisa mais difícil. Fazer simples é fazer de uma forma que a gente garanta de um lado a eficiência, as boas práticas, e garanta ao mesmo tempo que todos tenham a mesma oportunidade. Ao garantir que todos tenham a mesma oportunidade, nós não estamos dizendo que todos os brasileiros farão um porto. Nós estamos dizendo o seguinte: todos os interessados têm agora uma oportunidade. Nós abrimos então, com esse anúncio, nós abrimos a etapa que a gente diz: quem quer construir? Nós temos aqui cinquenta interessados. Se alguém, além de cinquenta interessados, quiser, terá oportunidade de participar de um processo simplificado de licitação. Mas se não aparecer nenhum interessado em trinta dias está autorizado o funcionamento do terminal de uso privado. Isso é uma simplificação de processo. Nós temos uma tradição muito forte, burocrática no país. E nós temos de superá-la em busca de melhores práticas e mais modernas.

A Lei dos Portos, portanto, ela também ratifica a nossa preocupação com a transparência. Nós temos regras claras para orientar a implantação de terminais de uso privado. As áreas utilizáveis são conhecidas, as demandas por essas áreas são públicas e todos os interessados competem em condições de igualdade, cabendo ao Estado brasileiro organizar os arrendamentos e as autorizações de acordo com o interesse público e evitar superposições de interesses e de locais.

Essa racionalização do processo é algo muito importante para o país. e essas autorizações que nós lançamos hoje, elas são complementares aos investimentos privados que também vão ser intensificados nos portos públicos, porque o sistema tem portos públicos com investimentos privados, também, e terminais de uso privado. O amplo programa de arrendamento portuário terá as suas primeiras licitações ainda este ano. E vai ampliar ainda mais a concorrência do setor.

Eu queria dizer que essa lei é fruto de intensa e profícua negociação política no Congresso. Os senhores deputados e os senhores senadores são os atores, junto com o governo federal, desse processo de construção que foi melhorando e criando o arcabouço legal que hoje nós estamos... o qual nós nos respaldamos para lançar o decreto. Por isso eu faço questão de aproveitar essa cerimônia para agradecer calorosamente ao presidente do Senado, senador Renan Calheiros, pelo esforço que dedicou à aprovação do projeto e ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Eduardo Alves. Ambos foram decisivos nesse processo, mediando um conflito do qual emergiu esse projeto que é a Lei dos Portos.

Nós todos temos o compromisso de, sem perda de tempo e com a maior presteza, executar esse processo. Cumprimento a ministra-chefe da Casa Civil e o ministro-chefe da Secretaria dos Portos pelo fato de que nós conseguimos já iniciar com esses cinquenta portos este projeto que é um projeto tão importante.

Eu quero dizer que tudo isso se insere num contexto mais amplo de um projeto estratégico do qual fazem parte várias outras medidas como a redução do custo da energia; a regulamentação do pré-sal - neste caso com a destinação de algo que nós consideramos fundamental para o país que é destinação dos recursos do pré-sal – a concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos que acontecerão nos próximos meses e também as grandes obras do PAC.

Eu estou falando isso por um motivo muito simples porque eu vou usar até uma expressão da nossa bandeira, lá na nossa bandeira tá escrito: Ordem e Progresso. Eu estou falando do progresso, eu estou falando da parte que é progresso, que é a construção dessa infraestrutura. Mas eu também queria falar da ordem. É fundamental no país que estradas não sejam interrompidas e o meu governo não ficará quieto perante processos de interrupção de rodovias. Porque, também na nossa bandeira tem a palavra ordem. E ordem, significa democracia. Mas significa respeito às condições da produção, da circulação e da vida da população brasileira.

Então, não tenham dúvida, o governo não negocia isso. Não concordamos com processos que levem a qualquer turbulência nas atividades produtivas e na vida das pessoas. Uma coisa são manifestações pacíficas que muito engrandecem o país, outra coisa completamente diferente é acreditar que o país possa viver sem normalidade e estabilidade. Certos tipos de processo são disruptivos da ordem prevalecente. E o Brasil precisa de ordem tanto para a democracia, quanto para sua economia, quanto para a vida de cada um dos brasileiros e das brasileiras.

Por isso, eu retomo e acrescento democracia como uma questão pétrea do nosso país, mas a nossa bandeira expressa também o sentido de que os nossos fundadores republicanos deram ao país que é Ordem e Progresso.

Muito obrigada e um abraço a todos.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Plano Safra Semiárido 2013/2014
Salvador-BA, 04 de julho de 2013**

Boa tarde. Sei que todo mundo está com fome, mas eu não vou saudar vocês a partir da piada do nosso governador, eu vou chamar “meus conterrâneos”. Espero que essa saudação seja a saudação dos nossos conterrâneos, dos meus conterrâneos, de todos os brasileiros e de todos os baianos e as baianas.

Eu acabo de abraçar a Damaris. E abraço a Damaris com muita alegria, porque a documentação da trabalhadora rural, ao entregar para ela a carteira, eu estou entregando para ela o reconhecimento expresso num documento, que ela é uma cidadã do Brasil.

Nós somos um país diverso. Tem gente que tem acesso agora à carteira de identidade. Mas todos nós sabemos que é isso que nos une aqui hoje, que os desafios são muitos,

mas se todos nós, juntos, nos empenharmos, nós conseguiremos superar todos os desafios.

E, iniciando, eu queria cumprimentar meu grande amigo, governador da Bahia, Jaques Wagner, e a Fátima Mendonça, que é, antes de tudo, uma mulher de coragem. Fatinha.

Cumprimentar os ministros que me acompanham e as ministras que me acompanham.

Cumprimentar o ministro Pepe Vargas, esse gaúcho que falou aqui, hoje, para vocês, com a sua alma. Cumprimentar o Antônio Andrade, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Pepe e o Antônio Andrade foram responsáveis pela coordenação desse Plano Safra do Semiárido, tanto da agricultura familiar quanto dos médios e dos grandes produtores.

Cumprimentar outro gaúcho, aliás, outro baiano, antes de cumprimentar uma gaúcha-mineira, que é o César Borges, dos Transportes.

Cumprimentar a Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Fernando Bezerra, da Integração Nacional, também nosso companheiro de Pernambuco, a Helena Chagas, da Comunicação, e a Eleonora Menicucci, da Secretaria das Mulheres... de Política para as Mulheres.

Cumprimentar o nosso vice-governador da Bahia, Otto Alencar.

Cumprimentar o deputado Marcelo Nilo, presidente da Assembleia.

Cumprimentar o prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto.

Cumprimentar os governadores aqui presentes: Ricardo Coutinho, da Paraíba; Wilson Martins, do Piauí; Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte; Teotônio Vilela Filho, de Alagoas; José Albuquerque, governador em exercício do Ceará; Jackson Barreto de Lima, governador em exercício de Sergipe; Waldir Pires, ex-governador da Bahia; e cumprimentar também o governador Eduardo Campos, de Pernambuco, que teve de se afastar porque tinha uma inauguração lá em Recife.

Cumprimentar os senadores aqui presentes: o senador Eunício Oliveira, que vai dar uma contribuição, uma parceria muito importante para o que eu vou anunciar aqui no que se refere às dívidas.

Cumprimentar o nosso senador José Pimentel, a senadora Lídice da Mata e o senador Walter Pinheiro.

Cumprimentar os deputados federais: o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Antonio Florence; o ex-ministro das Cidades, Mário Negromonte; Daniel Almeida; Edson Pimenta; Geraldo Simões; José Nunes; José Rocha; Josias Gomes; Luiz Argôlo; Marcos Medrado; Nelson Pellegrino; Oziel Oliveira; Pedro Eugênio; Roberto Britto; Sérgio Brito; Waldenor Pereira; Valmir Assunção.

Queria cumprimentar a nossa querida prefeita, uma prefeita que deu uma palavra muito forte aqui hoje e ao cumprimentar a Maria Quitéria, prefeita de Cardeal da Silva e presidente da União dos Municípios da Bahia, eu queria cumprimentar a cada um das prefeitas e dos prefeitos aqui presentes, procedentes das regiões do semiárido brasileiro, e especialmente aqui, do semiárido da Bahia. Queria cumprimentar também a nossa querida, uma liderança muito importante do movimento dos trabalhadores da agricultura, queria cumprimentá-la, e ao cumprimentá-la dirigir um cumprimento a todas as entidades, cumprimentando a Elisângela Araújo, nossa querida Elisângela. Queria cumprimentar o vice-presidente da Articulação do Semiárido, Daasa, o Carlos Humberto Campos. Cumprimentar um grande parceiro, o presidente da Contag, Alberto Broch. Cumprimentar

o Libanilson Braga de Oliveira, representante do Fórum Bahiano da Agricultura Familiar. Cumprimentar a Antônia Mendes de Matos, coordenadora do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Cumprimentar os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Todos nós escutamos nos últimos dias as manifestações e a voz da rua. Essas vozes, que soaram em todas as ruas do Brasil, elas devem nos orgulhar. Se nós compararmos as manifestações no Brasil com as manifestações nos outros países do mundo, nós vamos ver que nós somos diferentes. E por que somos diferentes? Porque quando nós vemos as manifestações quem ocorrem em alguns países do mundo, e que levaram o nome de Primavera Árabe, lá estava-se lutando contra ditaduras e por democracia. Nós não, nós temos democracia e por isso nós somos capazes de ouvir as vozes das ruas. Porque eu sou de uma época que havia uma imensa dificuldade de se expressar nas ruas deste país. De fato, o governador Jacques Wagner tem razão. Nós nascemos, a grande maioria dos que estão aqui hoje e que têm mais ou menos a minha idade – eu espero que sejam muito mais novos –, sabem do que eu estou falando: nós lutamos nas lutas pela redemocratização do nosso país e, por isso, sabemos que não é isso que está em questão no Brasil.

Também no nosso país não há divisões religiosas ou étnicas que levam as pessoas às ruas. Muito menos há o que ocorre hoje em países da Europa ou até nos Estados Unidos, o movimento na Espanha, dos indignados e a chamada Ocupação do Wall Street, que diz respeito, no caso da Europa, à perdas de direitos, perdas de emprego, perdas de salário, perdas de aposentadoria e redução real de salários. Nem somos responsáveis, como muitos daqueles em relação aos quais o Movimento de Ocupação de Wall Street se manifestava, nem somos responsáveis pela maior crise financeira internacional desde 1929, e que abalou o mundo durante o final da década passada, 2008/2009, que tem efeitos que se prolongam ainda hoje.

No Brasil era diferente. Aqui as ruas falaram por mais direitos, mais direitos. E, aqui, eu quero dizer para vocês que esta presidenta aqui ouviu claramente a voz das ruas, tanto porque essa voz é legítima, quanto porque nós temos uma democracia, e faz parte da democracia a luta por mais direitos, principalmente quando nós sabemos que nos últimos 10 anos, com o governo do presidente Lula e com o meu governo, nós ampliamos e olhamos para aquilo que é a coisa mais importante num compromisso político: aqueles que mais precisam, aqueles que menos têm. E, portanto, mesmo sendo presidenta de todos os brasileiros, dos que falam nas ruas e dos que não falam nas ruas, mesmo sendo presidenta de cada um dos brasileiros e das brasileiras, eu tenho de ouvir e de me preocupar e de pensar com aqueles que mais sofrem e menos têm.

Daí porque eu queria dizer que estou muito feliz de estar aqui, porque eu concordo com a Elisângela, preocupar com aqueles que menos têm, ou com as regiões que sempre tiveram menos, sempre tiveram problemas como é o caso do Nordeste, e em especial do semiárido nordestino, significa saber que não é necessário, não é necessária a indústria da seca. Não é necessária, e nem necessário, o sofrimento e aquela situação de quase miséria que por muitos e muitos anos a população dessa região passou. E por isso, ao saber disso, também não são necessárias nem aceitáveis migalhas de políticos.

Por isso que nós estamos aqui fazendo algo pela primeira vez numa região do Brasil, um Plano Safra para o Semiárido. Essa reivindicação do Plano Safra do Semiárido é o reconhecimento de duas questões: primeiro, que é possível conviver com a seca. E quando a gente fala conviver, nós estamos querendo dizer: a seca não pode virar uma catástrofe. Assim como o inverso, nos países desenvolvidos do norte do mundo, que vivem invernos extremos, não convivem com invernos extremos como catástrofe, nós não temos porque aqui no nosso país deixar de ver que a seca pode ser perfeitamente controlada e portanto nós podemos com ela conviver. Para isso é preciso a determinação, a vontade política e a ação conjunta. E aqui houve ação conjunta, houve ação conjunta nesse Plano Safra para o Semiárido. Houve ação conjunta com os governadores, todos os governadores e seus secretários de agricultura, que deram sugestões importantes para que a gente chegasse a esse ponto. Houve também a participação dos movimentos, de todos os movimentos, que deram também a sua contribuição e a sua sugestão e, sobretudo, sempre colocaram que essa pauta era possível, que essa pauta não só era possível, mas como nós tínhamos obrigação de fazê-lo.

Eu estou muito orgulhosa de estar aqui, apresentando esse Plano Safra do Semiárido. Nós olhamos e vimos que era possível e necessário ter uma ação emergencial para enfrentar essa que é uma das maiores secas nos últimos 50, em alguns casos nos últimos 100 anos. Essas ações emergenciais, elas são importantes, mas mais importante é a gente saber que é possível estruturar uma política de combate a questões que nunca foram enfrentadas, por exemplo, como mostrou aqui o nosso ministro Pepe Vargas: nós temos de ter um plano para a reservação de água, nós temos de ter um plano para a alimentação dos animais, nós temos de ter um plano para criar a agroindústria mais forte aqui, nós temos de ter um plano para adotar o que há de melhor na tecnologia e optar por isso, e não por algo que nós copiemos de outras regiões.

Se aqui nós somos capazes de plantar mandioca, palma forrageira, é aqui que nós vamos plantar palma forrageira, mandioca, e vamos assegurar um padrão de produção equivalente e à altura dessa região, necessário para essa região, para garantir para a sua população de produtores rurais, que não é uma população pequena, 1 milhão e 700 mil produtores, 1 milhão e 600 mil produtores, enfim, quase 2 milhões de produtores, são essenciais, eles e suas famílias, eles e todos aqueles daquelas cidades que convivem com eles, estão no centro desse Plano Safra do Semiárido.

Nós... eu não vou falar em número para vocês, eu vou falar de uma concepção, do que está em questão aqui neste Plano. Está em questão, primeiro, garantir crédito, crédito para quê? Para que os agricultores tenham recursos para investir naquilo que nós iremos garantir junto com os governadores, junto com os senhores prefeitos, e aí as retroescavadeiras, as motoniveladoras, os dois caminhões – o pipa e o caçamba – e a pá carregadeira têm uma função. Qual é a função? De dar apoio justamente para essa produção da agricultura no semiárido, da agricultura familiar, da agricultura do médio agricultor e do grande agricultor. Dar apoio em quê? No escoamento, mas também serve para levar os ônibus escolares para as escolas, serve para passar ambulâncias do Samu, serve para fazer o trânsito das pessoas através das grandes veias de irrigação deste país, que são estradas vicinais das prefeituras deste país.

Esse Plano Safra também tem uma ambição. Por isso falou primeiro o presidente da Embrapa. A Embrapa é uma questão do orgulho do Brasil. É a maior empresa de pesquisa agropecuária. E o que é que ela descobriu? Ela descobriu o seguinte, porque ela olhou para nós, ela não olhou para fora, ela aproveitou todo o conhecimento que tinha lá fora e olhou para nós. E o que é que ela viu? Ela viu que no Brasil era possível ter uma agricultura tropical altamente eficiente, e ela viu, aqui no semiárido, que é possível ter, sim, uma produção que garanta não só a dignidade através de uma renda digna, mas que ela pode, inclusive, ter desafios que podem transformar essa região numa região extremamente competitiva.

Por isso a Embrapa falou primeiro. Por isso a Embrapa veio aqui e disse: “Olha, nós sabemos o que é possível produzir, nós sabemos que não tem nenhum obstáculo intransponível no semiárido. Nós sabemos que tem culturas que podem ser desenvolvidas aqui. Nós sabemos que nós podemos fazer aqui uma grande região leiteira.” E é importante isso. Nós queremos alimentar as nossas crianças, nós queremos alimentar os nossos jovens. Nós precisamos de ter uma bacia leiteira sustentável e que as secas não abalem.

Eu sei que quando vem uma seca, mesmo com o nosso Plano Semiárido implantado, mesmo com todos os projetos estruturantes feitos lá no Ministério da Integração, nós sabemos que nós vamos precisar de ações emergenciais, mas elas serão pequenas, residuais. Elas serão aquelas necessárias para melhorar cada vez mais a convivência com a seca.

Por isso eu estou aqui hoje também para dizer pra vocês que eu sei perfeitamente que tudo isso que nós lançamos aqui, o PAA, a compra de alimentos, e aí eu faço também um apelo aos prefeitos – ajudem a gente a utilizar os 30% do Plano Nacional de Alimentação Escolar, ajudem a gente a dar demanda garantida, certa, para esses agricultores. Por tudo isso, eu sei que é necessário um tratamento diferenciado em relação aos efeitos da seca, aos efeitos da quebra de produção de agricultores aqui, eu sei que é necessário a gente garantir oferta de água estável, tanto com as cisternas como com as segundas cisternas, cisternas de produção, as barragens subterrâneas, as barraginhas, tudo isso.

Eu sei também, e é uma coisa importante, porque eu quero dizer pra vocês que esse é um compromisso nosso, a garantia de armazenagem aqui no Nordeste, porque existia armazéns no Brasil, mas eles foram desestruturados. Eu quero chegar nos finalmentes, eu quero falar sobre renegociação das dívidas agrícolas. Nós ouvimos as vozes das ruas, as vozes dos produtores e as vozes dos prefeitos. Não é só as vozes das ruas que uma presidência é obrigada a escutar, uma presidência tem de escutar num país as vozes, a todas as vozes de todos os brasileiros e as brasileiras. E meu governo tem escutado e ouvido com atenção as demandas dos produtores rurais da região. E quando ouvimos, reconhecemos que para retomar a produção e para dotar esses novos sistemas produtivos que estamos propondo é necessário que nós olhemos a situação dos endividamentos passados. Reconhecer isso é fundamental. E aí, eu estou aqui, encaminhando e aprovando para ser encaminhado numa parceria.

Queria pedir para os senhores, antes de eu apresentar, uma salva de palmas, aqui, para o senador Eunício. Por quê? O senador vai me ajudar a aprovar, através de uma emenda a uma medida provisória já existente, todas essas medidas de renegociação. E quais são

elas? Medidas adicionais para a renegociação das dívidas dos agricultores afetados pela seca nessa região.

Primeira medida – pode passar. A primeira medida não é essa, a primeira medida, infelizmente, tiraram do meu quadro, mas eu sei de cor. A primeira medida é: estão suspensas as cobranças feitas... a suspensão das execuções das dívidas, dos seus prazos processuais e do seu prazo de prescrição, até dezembro de [20]14. Esta é a primeira medida: suspende essa ação que cobra as dívidas e torna os agricultores inadimplentes, e bloqueia a sua capacidade de tomar mais dívida.

Segunda medida – agora é aquela. Essa segunda medida mostra o seguinte: nós vamos descontar, para liquidar as operações de crédito rural, contratadas até 2006, nós vamos fazer desconto de recursos, tanto do FNE ou mistas. Primeiro, dívidas, valor original contratado, atualizado com os encargos, até R\$ 35 mil, é igual ao que já foi dado para os agricultores familiares. Parcela até R\$ 15 mil, com desconto para liquidação de 85%; parcela de R\$ 15 a R\$ 35 mil, 75%, e de R\$ 35 mil a R\$ 100 mil, 50%, há uma escadinha. Segundo – pode passar – linha de crédito para recomposição de dívidas contratadas até 2006. Eleva o valor original, que era de R\$ 100 mil, para R\$ 200 mil, dá um prazo de pagamento de 10 anos, com 3 de carência, e uma taxa de juros de 3,5%. Pode passar.

Autorização para renegociação das operações de crédito rural que estavam inadimplentes em dezembro de 2011, contratadas a partir de 2007. Esses itens que eu acabo de mostrar para vocês, eles são um pleito dos produtores, que completa aquilo que nós já fizemos para os agricultores familiares, e nós vamos, por esse caminho, assegurar esses dois movimentos. Primeiro, que esses produtores – pequenos, médios e grandes – tenham condições de passar por esse momento difícil. Segundo, que eles tenham condições de entrar nesse caminho novo que nós propomos, que é o do Plano Safra do Semiárido, para todos os produtores.

O que é fato é que nós começamos aqui hoje a construir uma política permanente do Estado brasileiro para mudar, estruturalmente, a nossa capacidade de convivência com a seca. Nós estamos aqui hoje mostrando que essa capacidade de conviver com a seca, ela implica em estimular a produção agropecuária, de forma mais harmônica, com as condições aqui do semiárido.

Eu não vou, aqui, oferecer a nenhum brasileiro ou a nenhuma brasileira do semiárido a ilusão de que os resultados serão colhidos amanhã, mas eu vou garantir a vocês que eles virão e que nós temos o compromisso de fazer isso no menor prazo possível. Nós, quem? Nós, Presidência da República, governadores, prefeitos. Esse é o nosso compromisso, e também em tudo que o movimento social puder ajudar, é fundamental que ajudem, e nos ajudem a fazer com que isso vire realidade no prazo mais curto.

Do ponto de vista do governo federal, não vão faltar vontade política, crédito, e aí eu repito aquilo que o Pepe Vargas falou: se gastarem os R\$ 7 bilhões terão mais. Eu sempre falo isso no Plano Safra da Agricultura Familiar, e nunca faltei com a minha palavra, nunca faltei com a minha palavra, e podem ter certeza que nunca faltarei. Portanto, aí tem um desafio: se gastarem mais, terão mais.

Eu queria, antes de encerrar, dar uma outra notícia para vocês, uma notícia que eu acho que é muito boa. A notícia é a seguinte: ontem nós reajustamos o preço mínimo do cacau e do sisal. Do cacau, a arroba foi para R\$ 75, e do sisal foi para R\$ 1,41 o quilo. Aproveito

para anunciar isso aqui porque acredito que isso vai ser importante para os produtores desses dois produtos: cacau e sisal.

Eu quero dizer para vocês que nós, aqui, estamos dando um passo histórico, nesse auditório chamado Iemanjá – não é, Maria de Fátima? –, chamado Iemanjá, a Iemanjá que é mãe das águas e que é mãe também da fertilidade. E acredito que não vão faltar bons fluidos para nós todos, bons fluidos para as sementes de mudança que esse novo Plano Safra traz e para as grandes mudanças que o nosso país tem de fazer.

E aí eu falo simplesmente para vocês nos cinco pactos que eu propus aos governadores. Primeiro, um pacto pela estabilidade, contra a carestia e, portanto, um pacto pela responsabilidade fiscal de cada um de nós. Segundo, um pacto, escutando a vontade política neste país, das ruas, a vontade política das lideranças, um pacto por algo que nós sempre quisemos: a reforma política. Esse pacto pela reforma política é um pacto pela melhoria da representatividade e tem de ser um pacto pela participação popular. Por isso nós propusemos que ele fosse feito sob a forma de um plebiscito, que se consultasse a população do país sobre como ela queria a reforma política.

Como o Executivo federal não pode fazer essa consulta, porque pela Constituição quem faz essa consulta é o Parlamento – o Congresso: a Câmara e o Senado –, nós encaminhamos uma sugestão, pedindo ao Congresso Nacional, que convocasse plebiscito para ouvir sobre como é que as pessoas acham que devemos votar, para ouvir como as pessoas deste país acham que nós devemos financiar as campanhas políticas, para ouvir se as pessoas acham que deve ser ... o voto no Congresso deve ser um voto secreto ou não, para ouvir como é que as pessoas acham que os suplentes de senadores devem ser eleitos e como se fará as coligações.

Eu acredito muito na inteligência, na sagacidade, na esperteza do povo brasileiro. Eu acho que o povo brasileiro sempre mostrou, ao longo de toda a nossa história, que as suas escolhas sempre foram escolhas acertadas. Portanto, eu não sou daqueles que acreditam que o povo é incapaz de entender porque as perguntas são complicadas, não é verdade. O povo brasileiro tem aquela inteligência que nos foi dada porque, graças a Deus, nós somos feitos de várias correntes e de vários veios.

Eu falo aqui, num estado onde a contribuição africana do nosso país aparece de forma mais forte, mas ela passa por todo o Brasil, 50% do nosso povo declarou, no censo – mais de 50 – que era afrodescendente. Essa característica nossa, de sermos afrodescendentes, de termos a composição indígena, de termos a contribuição da colonização dos europeus, dos portugueses, de termos a participação dos asiáticos, este país que tem uma variedade étnica, ele é um país formado, também, por uma criatividade, por uma inteligência e por uma visão de mundo que é que deve faltar à representação política, daí a proposta de plebiscito.

Mas propus mais três questões. Uma, que é a destinação dos royalties do petróleo para a educação. Por que eu propus isso? Nós só seremos mais e melhores se nós tivermos educação de qualidade. Nós precisamos de dar escola de qualidade, creche, educação em tempo integral e alfabetização na idade certa, até os oito anos, pra todos os brasileiros com igualdade de oportunidade. Pra isso, pra isso tem uma ...

Obrigada gente, obrigada! Deixa eu acabar porque o pessoal aqui morre de fome, deixa eu acabar, eu to faltando pouquinho pra acabar. E é o seguinte gente, tem de ter também

ensino técnico e acesso à universidade de qualidade. Mas tem uma coisa que é fundamental, os prefeitos sabem disso. Muitas vezes no Brasil a gente falou que o custeio era ruim e o investimento era bom. Ora, na educação custeio tem nome, chama professor. Professor nesse país, por que que tem de ter mais dinheiro dos royalties? Porque nós temos de pagar bem a professor, nós temos de transformar a profissão de professor nesse país numa das coisas que todo mundo vai querer e se esforçar para ser. Quem vai ser professor nesse país tem de ser os melhores. Por isso tem de gastar dinheiro com educação, não há milagre! Daí essa proposta dos royalties que nós viemos lutando e agradecemos que foi aprovada no Congresso, foi aprovada.

A outra questão que é importante, principalmente nas grandes cidades brasileiras – tem cidade no Brasil, regiões metropolitanas com 20 milhões de habitantes em que uma pessoa leva de um bairro a outro, leva quase três horas pra ir, três horas pra voltar, dando seis horas, que sai de casa às quatro da manhã. Então as cidades brasileiras têm de ter uma reforma urbana que passa pela priorização do transporte coletivo de massa, que passa pela construção de metrô, que passa pela construção de VLT, enfim, que passa por um investimento pesado numa infraestrutura que se comparada mais de 30 anos, e que passa também por um programa de moradias. Hoje eu cheguei aqui, me deram uma reivindicação de quantidade de moradias do Minha Casa, Minha Vida ...

Obrigada, gente, obrigada, obrigada. Essa questão é uma questão séria. A gente sabe que foi no BNH, foi no BNH, não é? Eu falo BNH, muita gente aqui nem era nascida quando o BNH acabou. Só depois do BNH, nós fizemos um programa muito maior do que ele, que é o Minha Casa, Minha Vida, mas a questão urbana vai exigir de nós um grande investimento nessa área. Eu quero avisar os prefeitos que nós, a partir de agora, vamos ter uma política do Minha Casa, Minha Vida genérica para todas as prefeituras, inclusive para as pequenas, para as pequenas. Eu vou... Nós vamos anunciar isso na Marcha dos Prefeitos, por isso que eu não falo hoje.

E, por fim, essa questão dos médicos. A questão dos médicos é um grande esforço que também nós temos de fazer e conto com o apoio de vocês porque escutei bastante, tanto essa questão dos médicos como do custeio, já escutei também o custeio, escutei a questão dos médicos e, dentro das nossas possibilidades, vamos respondê-las. No caso dos médicos, o nosso programa Mais Médicos implica que a gente assuma, que o governo federal assuma o pagamento de salário, da alimentação e da residência do médico quando ele for transferido para a região.

Finalizando, eu queria dizer também para vocês que eu desejo que nós, juntos, sejamos capazes de estar à altura do desafio que nós temos pela frente, porque nós temos uma oportunidade, nós temos uma oportunidade de transformar, de forma acelerada, o nosso país. É agora que nós temos de fazer.

Por isso cada um de nós deve dar o melhor de si, e eu asseguro a vocês que eu não descansarei enquanto não puder atender a tudo aquilo que eu sei que é possível, e também fazer aquilo que, muitas vezes, inicialmente pode parecer impossível, mas que a gente tenta, força, tenta e força, e teima, e a gente consegue.

Um abraço.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Pacto Nacional pela Saúde – Mais Hospitais e Unidades de Saúde, Mais Médicos e Mais Formação
Palácio do Planalto, 08 de julho de 2013**

Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar o vice-presidente da República, Michel Temer, O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Eduardo Alves.

As senhoras e os senhores chefes de missão diplomática acreditados junto ao meu governo.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores ministros de Estado aqui presentes, cumprimentando o ministro Alexandre Padilha, da Saúde; o ministro Aloizio Mercadante, da Educação; e a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil. Através deles, por meio deles, aliás, eu cumprimento cada um dos ministros e ministras, não só aqueles que participaram diretamente no Programa, mas os aqui presentes.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores governadores. Cumprimentar o governador Jaques Wagner, da Bahia; o governador do Mato Grosso, Silval Barbosa; a governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini; o governador do Acre, Tião Viana; o governador do Amapá, Camilo Capiberibe; o vice-governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão; o vice-governador do Amazonas, José Melo e Oliveira.

Queria cumprimentar os senadores aqui presentes. Cumprimentar as senhoras e os senhores senadores.

Cumprimentar o nosso líder do governo no Senado Federal, Eduardo Braga.

O líder do governo no Congresso Nacional, José Pimentel.

Cumprimentar a senadora Ana Rita, o senador Humberto Costa, o senador Romero Jucá, o senador Ruben Figueiró, o senador Valdir Raupp e o senador Waldemir Moka.

Cumprimentar as senhoras e os senhores deputados federais aqui presentes, cumprimentando os líderes dos partidos que integram a base do governo no Congresso e, também, os demais partidos aqui presentes.

Cumprimentar os senhores prefeitos presentes, cumprimentando e agradecendo as palavras do nosso querido prefeito de Porto Alegre, Fortunati. Queria cumprimentar o Márcio Lacerda, de Belo Horizonte; o Roberto Cláudio, de Fortaleza; o Mauro Mendes, de Cuiabá; o Luciano Cartaxo, de João Pessoa.

Cumprimentar o Carlos Franco Amastha, de Palmas, por intermédio de quem eu cumprimento também os prefeitos, prefeitas, secretários e secretárias de saúde e demais secretários aqui presentes. Queria cumprimentar também a Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza, agradecer as sugestões e as palavras, e dizer que muito orgulha este país a capacidade das mulheres estarem em situações como a que você está, presidindo o Conselho Nacional de Saúde.

Queria dirigir um cumprimento especial às reitoras e aos reitores das universidades federais que participaram, também, ativamente da discussão sobre esse programa.

Cumprimentar, mais uma vez, os secretários estaduais e municipais de Saúde.

Cumprimentar, em especial, os profissionais de Saúde aqui presentes, que integram o grande esforço deste país, e a gente devia acrescentar, aqui, no Mais Médicos, mais médicos e mais profissionais de Saúde para o Brasil.

Cumprimentar o cacique Raoni e saudar todos os convidados que nos acompanham, no salão ao lado.

Cumprimentar as senhoras jornalistas, os senhores jornalistas, os senhores fotógrafos e cinegrafistas aqui presentes.

Senhoras e senhores.

Minhas amigas, meus amigos.

Há poucos dias nós firmamos cinco pactos em favor do Brasil com os governadores e os prefeitos de capitais, e estendemos esses pactos para todos os movimentos sociais, os poderes da República, o Congresso, enfim, todos eles – todos esses cinco pactos –, eles são de grande importância para o povo brasileiro.

Mas o pacto que nós estamos aqui hoje consolidando, talvez seja o mais essencial deles, e eu digo isso porque trata-se, na verdade, de um pacto pela vida. Um pacto pela saúde de todas as brasileiras e de todos os brasileiros, em especial, daqueles mais pobres, daqueles que mais precisam.

Eu faço questão de começar corrigindo um conceito. O Programa Mais Médicos, que é um dos braços importantes desse pacto, não tem como principal objetivo trazer médicos do exterior, mas, sim, levar mais saúde para o interior do Brasil. Levar mais saúde para o interior do país, levar mais saúde para o interior das grandes cidades brasileiras, como é o caso que evidenciou aqui o nosso prefeito Fortunati. Levar para o interior do Brasil e levar para onde se localiza a maior desigualdade em termos regionais: o Norte e o Nordeste. Levar cada vez mais saúde para o interior de cada lar, de cada família do Brasil. Levar mais saúde para o interior da vida dos brasileiros mais esquecidos, mais desassistidos e mais abandonados. Brasileiros cuja dor a gente não precisa ver nos jornais, no cinema ou na TV, porque a dor deles está viva no nosso coração e está viva nos compromissos que nós temos com o Brasil e a população mais desassistida.

Em todas as pesquisas de opinião feitas, a Saúde tem sido apresentada, apontada, como o maior problema do Brasil. Em todas as conversas com os movimentos sociais, a Saúde aparece como sendo uma das questões mais importantes a ser encaradas e solucionadas.

Em todas as reuniões com os prefeitos... E aí eu quero agradecer cada prefeito e cada prefeita, agradecendo o prefeito Fortunati, pelo fato de terem, corajosamente, colocado a questão da Saúde na pauta; agradecer aos senhores governadores e agradecer àqueles que foram e àqueles que não foram às ruas do nosso país, que colocam a questão de uma qualidade da saúde pública, dessa saúde pública que nós queremos universal e que nós queremos igualitária, em termos da sua oferta e dos direitos que cada um dos cidadãos brasileiros e das cidadãs têm, em relação a essa questão tão essencial para um país como o Brasil.

O Pacto Nacional pela Saúde, que propus a governadores e a prefeitos, vem para acelerar soluções e para buscar novos caminhos para esta questão essencial, que é a saúde. Eu quero reafirmar que dedicarei o melhor dos meus esforços e da capacidade do meu governo para que os brasileiros tenham uma saúde de qualidade dentro do prazo mais curto possível.

Com esse pacto, nós vamos enfrentar, de forma firme, de forma célere, três grandes desafios. O primeiro é, de fato, construir UPAs, construir postos de saúde e hospitais bem

equipados, reformar e ampliar os que já estão funcionando. O segundo desafio é garantir que essa imensa rede de saúde funcione direito, com métodos corretos de gestão e controle. Isso significa que toda pessoa tem que ser atendida com dignidade e humanidade, significa que não pode faltar remédio nem material, que os horários têm que ser controlados e cumpridos, que o atendimento tem que ser humano e eficiente, que o atendimento tem que ser humano e eficiente, com menos filas, menos demora para a realização de consultas, de exames, de exames laboratoriais, de tomografias e cirurgias. O terceiro desafio, talvez o maior de todos, é suprir essa rede com profissionais em quantidade suficiente para atender, com qualidade, toda a população, não apenas os que têm a sorte de morar perto de hospitais públicos de referência, de UPAs 24 horas ou de pagar pelo seu atendimento, mas atender também os que vivem nas periferias mais desassistidas, os que moram nas cidades pequenas, os que moram nas cidades médias, os que moram em todas as regiões e os milhões e milhões de brasileiros que vivem em todas as regiões, em todas as regiões das grandes concentrações urbanas brasileiras e nos rincões mais longínquos e desassistidos do nosso país e que não têm acesso a nenhum profissional de saúde.

Como o ministro Padilha e o ministro Mercadante mostraram, vamos atuar em três eixos. O primeiro, nós vamos acelerar os investimentos em equipamentos e infraestrutura física, que já alcançam o valor de R\$ 7 bilhões e 400 milhões. Faremos isso sempre – reforçando –, sempre com base nessa parceria extremamente forte que existe entre os três níveis da Federação: governo federal, governos estaduais e municípios.

O segundo eixo do Pacto Nacional pela Saúde é o investimento na formação de médicos. Para isso, estamos ampliando as vagas nas nossas universidades e também criando faculdades de Medicina, especialmente nas regiões que não têm curso de Medicina e que são regiões fundamentais para que a gente irradie um bom atendimento na área da saúde. Dessa maneira, além de formar novos médicos, estamos ampliando oportunidades para jovens que vivem no interior e em regiões mais pobres.

Como mostraram o ministro Mercadante e o ministro Padilha, além da graduação em Medicina, criaremos, até 2017, mais 12 mil vagas de residência médica. Vamos priorizar especialidades como pediatria, ginecologia, oncologia. E é muito importante que se diga, o Brasil precisa de pediatras, porque o Brasil tem crianças que não têm acesso ao atendimento de médicos pediatras e, para qualquer mãe e avó, e nós sabemos, não é, companheira presidenta, que não há nada mais terrível para uma mãe do que não ser capaz de dar atendimento a um filho doente.

Nós sabemos também que o terceiro eixo desse pacto é o esforço imediato para suprir a falta de médicos nas áreas mais carentes, preenchendo vagas existentes nos postos de saúde e nas UPAs das periferias, como eu disse, das grandes cidades, no interior, em especial no Norte e Nordeste. Isso não significa que nós tenhamos... cheguemos à conclusão de que os segmentos das grandes periferias do Sudeste, do Centro-Oeste e do Sul estejam bem atendidos. Não é isso. Lá também nós teremos de dedicar os nossos maiores e melhores esforços, mas é que há uma desigualdade de distribuição do Brasil, seja entre as regiões, como vocês viram, seja dentro dos próprios estados e dentro das próprias cidades.

As vagas disponíveis nós vamos oferecer, e hoje nós iniciamos esse processo, primeiro a médicos brasileiros, com uma remuneração de R\$ 10 mil, que será paga integralmente pelo governo federal e, portanto, não irá onerar, em termos de custeio, os municípios brasileiros. Os médicos que forem trabalhar nas áreas mais distantes, com mais dificuldades, áreas mais precárias, receberão uma ajuda de custo complementar.

E é importante também o fato de que nós iremos fazer um chamamento nacional. E eu tenho certeza que muitos médicos brasileiros, formados aqui, irão comparecer a esse chamamento, para trabalhar nessas regiões mais carentes do nosso país. Mas se essas vagas não forem preenchidas por esses médicos, elas serão oferecidas a médicos formados em outros países, inclusive médicos brasileiros formados em outros países, assim como médicos estrangeiros formados em outros países.

Esses médicos serão selecionados para trabalhar, por um prazo de três anos, como mostrou o ministro Padilha, exclusivamente na rede de atenção básica do SUS. Deles serão exigidos boa formação e currículo adequado, registro profissional no seu país de origem e domínio da língua portuguesa. Eles receberão a mesma remuneração dos brasileiros, ou seja, os R\$ 10 mil mais a ajuda de custo.

Eu queria dizer para vocês que nunca é suficiente, nunca é demais lembrar que, assim como não se faz a educação sem professores, não se faz também saúde pública de qualidade sem médicos. E é isso que esse Programa trata. Esse Programa trata de garantir médicos e garantir, simultaneamente, infraestrutura.

E eu queria acrescentar uma coisa que também aparece em todas as conversas, em todas as pesquisas, em todos os diálogos. O conhecimento profissional, o contato humano, a palavra certa, a boa orientação são atitudes que estão acima de tudo, valem mais do que qualquer máquina de última geração. Todas as pessoas pedem humanização no atendimento e humanização no atendimento só se faz com gente, com pessoas, com profissionais.

Eu tenho certeza que todos aqui sabem que saúde pública é ato de humanidade, é ato de respeito de um ser humano, o médico, por outro ser humano, o paciente. Nós não podemos perder de vista esse fato. Podemos erguer o hospital mais moderno e mais bem equipado do mundo, e ele será inútil se dentro dele não houver bons médicos, enfermeiros e gestores. Para sorte nossa, para sorte nossa, existem milhares e milhares de médicos e profissionais de saúde no nosso país que, com dedicação, cumprem essa grande missão.

Nós sabemos que o povo pobre que vive nas áreas mais carentes e remotas deste imenso Brasil quer um médico próximo e acessível, quer um médico para aqueles momentos difíceis em que eles precisam ter alguém a quem recorrer. O povo pobre quer que lhe seja garantido um dos direitos humanos mais primordiais: o direito à saúde, o direito à saúde pública, o direito de ser recebido, atendido, examinado por um profissional. Não se pode obrigar um médico que prefere viver na capital a ir para o interior, não se pode fazer isso, mesmo que possamos oferecer toda a estrutura necessária e uma boa remuneração. O profissional de saúde tem o direito de trabalhar onde quiser, de viver com sua família onde preferir e de fazer o tipo de Medicina que escolheu como melhor para sua carreira. Mas nós precisamos admitir, honestamente, que algo deve ser feito para que

todos os brasileiros tenham direito a um médico e é disso que se trata, se trata de garantir que todos os brasileiros tenham acesso a um médico.

Por isso eu saúdo essa iniciativa tomada hoje, que é de assegurar o segundo o ciclo na formação, em que a formação, numa universidade, seja acompanhada também de uma dedicação do médico, do profissional recém-formado na estrutura do serviço do Sistema Único de Saúde, prestando serviço de assistência básica.

Acredito que este é um momento especial no nosso país, porque isso é o aumento da consciência cidadã. O aumento da consciência cidadã, ela ocorre tanto por parte da sua população como um todo, mas também por parte de cada um dos segmentos que integram a nossa nacionalidade, nesse caso o médico e os profissionais de saúde.

Por isso, vamos criar novos cursos de medicina, ampliar o número de vagas, mas todos sabemos que um médico leva de seis a dez anos para concluir a sua formação. E até que essa nova geração que hoje nós criamos as condições para ampliar, através de mais vagas, até que essa nova geração, tanto no que se refere à graduação quanto no que se refere à residência, cheguem ao mercado de trabalho, as pessoas vão continuar adoecendo e vão continuar precisando de médicos, melhores hospitais, melhor esforço de saúde, mais vagas em cursos de medicina e em residência médica, tudo isso, não há discussão, é imprescindível no processo de transformação da saúde pública no nosso país.

Até que tudo isso aconteça – eu pergunto a vocês e pergunto a todos os brasileiros que nos assistem nesse momento –, quem vai atender os brasileiros que não têm acesso médico, que não têm acesso a um médico, até que todo esse processo amadureça e aconteça? Estou falando do agora, dos próximos meses, que é com isso que o governo também tem de se preocupar: com o que vai acontecer mais na frente, mas com o que vai acontecer agora. Estou falando da justa e inquestionável reclamação dos brasileiros por uma saúde pública melhor agora.

O Brasil, meus amigos e minhas amigas, precisa de médicos para diferentes tipos de atendimento, para diferentes exigências e para diferentes circunstâncias.

Precisa, como disse aqui um dos que me antecederam, de médicos com especialização para tratamentos altamente sofisticados, porque o Brasil tem uma estrutura de alta complexidade extremamente sofisticada. Precisa de equipamentos de última geração, que atendam nos nossos centros de referência de padrão internacional. Precisa de médicos que atuem na atenção básica, precisa também, precisa muito de médicos que atuem na atenção básica, que cuidem do acompanhamento cotidiano, que dediquem não só à Medicina que cura, mas à Medicina que previne doenças.

Nós sabemos que agora, neste exato instante, temos crianças para salvar, principalmente nas periferias, no interior do país, no Norte e Nordeste, nas demais regiões. Temos idosos... Há pouco, quando a nossa presidenta do Conselho Nacional de Saúde falava, alguém disse: “E os idosos?” Pois os idosos também precisam de ser amparados, e quando não conseguem acesso a um médico, é um momento extremamente difícil para eles e para a sua família. Temos milhões de brasileiros que, antes de precisar de uma tomografia computadorizada ou do exame de um especialista – o que é muito importante em muitos casos – carecem do mínimo, de uma consulta com um competente e dedicado

médico. Precisam de um bom profissional que, com o equipamento, diagnostique as doenças mais comuns dos brasileiros e lhes dê qualidade de vida.

Eu acredito no interesse dos jovens brasileiros, dos jovens médicos brasileiros pela proposta que fizemos, de trabalhar nas periferias e nas áreas mais [menos] assistidas. Eu tenho confiança que muitos jovens vão comparecer, mas se não tivermos o número suficiente de médicos brasileiros para preencher todas as vagas disponíveis, nós buscaremos médico onde tiverem bons médicos.

Esse é o compromisso do meu governo, essa é a nossa determinação. Nos interessa interiorizar e assegurar, em cada estado, em cada cidade, em cada residência, a garantia de uma assistência e a garantia de um atendimento médico.

O que estamos propondo é que esses médicos que vêm aceitem condições impostas pelo governo, tenham o seu trabalho restrito à atenção básica do Sistema Único de Saúde, fiscalizado pelo Ministério da Saúde, pelas secretarias estaduais de Saúde e pelas universidades públicas federais. O que nós estamos propondo é um pacto, entre nós todos aqui presentes, pela saúde pública do nosso país.

O Brasil só conseguirá oferecer saúde pública e medicina de qualidade para seus 193 milhões de habitantes se tivermos a grandeza de admitir quais são as nossas deficiências e buscar resolvê-las, e buscar apoio de quem pode e quer colaborar. Eu confio nos médicos brasileiros. Eu convido os médicos brasileiros a ouvir esse chamado, para o atendimento ao nosso povo.

Como presidenta, cabe-me escutar e buscar mecanismos para atender os anseios da nossa população. A população sempre demandou melhores serviços públicos, sobretudo mais qualidade na saúde, na educação, na segurança e na mobilidade urbana. E cada vez mais vai precisar de mais qualidade, sempre mais qualidade.

O meu dever, como presidenta, é governar para todos. E é para todos que nós firmamos o Pacto Nacional pela Saúde. E é para atender a todos que nós vamos ampliá-lo cada vez mais, sem medir esforços, sem temer desafios, sem ter medo de lutar pelo que for preciso e com a energia de fazer tudo o que for necessário. É esse o nosso compromisso, é essa a nossa determinação. Repito: olhando sempre, mas sempre mesmo, para aqueles que mais precisam.

Brasileiros e brasileiras podem ter certeza: este governo e esta presidenta, eles não fogem à luta. E essa é uma luta, uma boa luta!

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios Brasília-DF, 10 de julho de 2013

Eu quero começar dirigindo um cumprimento às prefeitas e aos prefeitos, às primeiras-damas e aos “primeiros-damos” presentes à Marcha em Defesa dos Municípios.

Queria cumprimentar também as senhoras e os senhores vereadores, os senhores secretários e secretárias.

Cumprimentar o nosso vice-presidente da República, Michel Temer.

O senador Renan Calheiros, presidente do Senado.

O deputado Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores ministros de Estado que me acompanham nessa cerimônia, cumprimentando a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Queria cumprimentar os senhores senadores Eunício Oliveira e Valdir Raupp.

As senhoras e senhores deputados federais aqui presentes, cumprimentando a Benedita da Silva, o Beto Faro, o Bohn Gass, Celso Maldaner, Edson Pimenta, Fernando Marrone, Francisco Chagas, Henrique Fontana, José Mentor, Jesus Rodrigues, Josias Gomes, Marinha Raupp, Milton Monte, Padre João, Valmir Assunção, Valter Tosta, Zeca Dirceu e Miriquinho Batista.

Cumprimentar as senhoras e os senhores prefeitos e presidentes de associações municipalistas dos estados do nosso país e diretores da Confederação Nacional dos Municípios.

Queria cumprimentar aqui os senhores jornalistas, as senhoras jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas.

Senhores prefeitos, senhoras prefeitas, entes políticos que dirigem o nosso país e que, sistematicamente, vêm a Brasília nesta Marcha dos Prefeitos que, muito bem assinalou o presidente Ziulkoski, é uma das maiores do mundo, talvez uma experiência única.

E nós sabemos como é importante esse momento de interlocução republicana e democrática dos municípios brasileiros conosco, o governo federal, com o Congresso Nacional. Sabemos que essa Marcha, ela tem um sentido, um sentido que busca construir uma melhor política para a população do Brasil, uma melhor política no que se refere a isso que nós temos – nós que fomos eleitos pelo povo temos obrigação de entregar –, que é uma melhor política pública.

Eu sei da importância para as prefeitas e para os prefeitos aqui presentes da parceria entre as três instâncias da Federação – o governo federal, o governo dos estados e os municípios. O governo federal tem absoluta consciência de que a qualidade da política, de serviços públicos, a melhoria de serviços públicos que a nossa população tanto quer, e nós sabemos, sejam aqueles que foram para a Marcha, sejam aquelas que não foram para a Marcha, todos eles querem uma mesma coisa: melhores serviços públicos. E por isso, nós todos hoje temos de fazer um grande esforço, porque nesses últimos dez anos, o Brasil mudou, sim, e mudou para melhor, e foi porque mudou que nós hoje estamos brigando, estamos lutando, estamos nos esforçando, estamos dando o melhor de nós para que o Brasil tenha mais direitos sociais. Nós estamos aqui, todos nós, querendo melhor saúde, melhor educação, melhor pavimentação, melhor mobilidade urbana. Enfim, esse Brasil, que nos últimos dez anos teve o maior processo de distribuição de renda, ele quer, ele anseia e ele exige melhores serviços públicos.

Primeiro, eu quero afirmar para vocês, mais uma vez, que o governo federal é parceiro, é parceiro para enfrentar os problemas e encaminhar as soluções. É nesse quadro de parceria, de busca de soluções e de sensibilidade para a situação que muitas prefeituras vivem, que eu quero fazer alguns anúncios.

O primeiro anúncio diz respeito a uma questão que é muito importante para vocês, principalmente nesse momento em que seremos exigidos a melhorar os serviços públicos do país. Nós sabemos que Saúde e Educação é investimento, mas é custeio. Por isso, o

governo federal vai transferir R\$ 3 bilhões como ajuda financeira aos municípios. Esses R\$ 3 bilhões, nós esperamos que ajudem os prefeitos e as prefeitas a prestar serviços de melhor qualidade, a melhorar o seu custeio. Eles serão concedidos em duas parcelas, uma agora, em agosto, e a segunda em abril de 2014.

Quero também anunciar mais recursos para a Saúde. Nós vamos aumentar o valor do PAB por habitante. E esse é aquele repasse que não depende do número de equipes, que não depende do número de equipes de saúde do município. Corresponderá esse repasse a uma ampliação de R\$ 600 milhões por ano no total que o governo federal transfere para o custeio.

Nesse esforço que nós estamos fazendo na área da saúde, nós já nos comprometemos a resolver uma questão que sabemos que é candente no Brasil. Sabemos que tem 700 municípios no Brasil, entre os menores, que não têm médicos, por isso o ministro Mercadante e o ministro Padilha estiveram aqui ontem explicando que nós iremos custear de forma integral mais médicos nos postos de saúde, nas UPAs, especialmente no interior, nesses municípios pequenos abaixo de 50 mil que hoje têm uma dificuldade imensa não só para ter o médico, mas também para pagá-lo; e nas periferias das grandes cidades, em todas as regiões, em especial no Nordeste e no Norte do país.

Esses R\$ 10 mil que nós iremos pagar, e assumir integralmente, da remuneração dos médicos, eles serão acompanhados por uma ajuda de custo que varia entre R\$ 10 mil a R\$ 30 mil de acordo com a região em que o médico se estabelecer. E serão recursos pagos pela Saúde. Além dos pagamentos, o apoio financeiro do pagamento dos médicos, o governo federal vai repassar mais R\$ 4 mil mensais para utilizarem no custeio da equipe de saúde com enfermeiro, ou técnico em enfermagem ou na manutenção do próprio posto de saúde. Se a equipe também for composta por profissionais de saúde bucal, nós vamos acrescentar entre R\$ 2 mil a R\$ 3,9 mil. Nós estimamos que para o pagamento dos médicos, das equipes, o governo federal vai repassar mais R\$ 3 bilhões aos municípios. Além disso, nós vamos investir R\$ 5,5 bilhões para ampliar a infraestrutura da rede SUS, basicamente 11.800 postos serão ampliados e nós iremos construir mais 6 mil postos de saúde e mais 225 UPAs.

Estamos também oferecendo recursos para a construção de mais 2 mil creches e escolas de educação infantil no valor de R\$ 3,2 bilhões. E nós, como todos sabem aqui, antecipamos em 18 meses o recurso do Fundeb custeando estas creches e se forem integradas por pessoas do Bolsa Família, há um aumento de 50% no valor do custeio, como vocês sabem.

Nós temos certeza que é fundamental para o Brasil incluir crianças de 0 a 3 anos. Acharmos que os recursos dos royalties para a educação, conforme está sendo proposto no Senado Federal são essenciais. O Brasil precisa de mais Educação, mais Educação significa mais recursos. Mais recursos nós temos de tirar de onde tem, e onde tem mais recursos são nos royalties. E o governo federal encara essa proposta e, sobretudo, nós consideramos que o critério de repartição tem que ser o mais equânime, o mais equilibrado e o mais democrático possível.

A educação tem de estar baseada em dois fatores: na quantidade de crianças e jovens que têm acesso a ela, e na necessidade de termos professores com padrão que seja compatível com a ampliação da qualidade. É impossível no Brasil não pagarmos

professores de forma adequada. Para isso, não dá, pura e simplesmente, para se estabelecer piso e não dizer de onde vem, tem que se dizer de onde saem os recursos. Aliás, nós temos que ter essa prática: quando nós quisermos ampliar, nós temos duas formas para ampliar investimentos e custeio. Nós não temos de onde tirar a não ser da arrecadação. E arrecadação ou é imposto ou é preço público.

Por isso é importante que nós façamos – eu concordo com o pacto pela verdade proposto pelo Ziulkoski – que nesse país nós façamos uma discussão correta sobre o que significa elevar para 10% o gasto com saúde, daonde sai. Não adianta nós empurrarmos uns para os outros, nós não temos como equacionar a necessidade de ampliar recursos. Por isso é tão importante para o futuro e para o presente do país essa questão dos royalties. Daí nós temos de onde tirar, e daí nós temos de dedicar esses recursos aonde eles são mais necessários no nosso país.

Quero falar também uma outra questão, principalmente para os municípios menores de 50 mil habitantes. É uma parceria na área do Minha Casa, Minha Vida. Os municípios do Minha Casa, Minha Vida, nós reconhecemos, tiveram atrasos, porque a gestão do processo dos municípios menores de 50 mil no Minha Casa, Minha Vida, não era a mesma para os municípios acima de 50 mil. Nós tomamos a decisão de tratar essa reivindicação que os prefeitos sempre trouxeram a nós e, a partir de agora, todos os municípios abaixo de 50 mil podem acessar o programa Minha Casa, Minha Vida e oferecer à população da sua cidade, o sonho de realizar a casa própria. Vou repetir para ninguém ter dúvida: nós não vamos mais deixar que haja seleção, todos os municípios podem executar o programa Minha Casa, Minha Vida.

Num primeiro momento, tem 135 mil moradias disponíveis, com valor que chega a R\$ 4,7 bilhões. Nós estamos passando para a Caixa Econômica e para o Banco do Brasil a execução desse programa e eu estou confiante, porque o programa já entregou, para vocês terem uma ideia, já entregou 1 milhão e 300 mil moradias, já contratou 1 milhão e 400 mil moradias e tem outro tanto para contratar. Por isso, eu sugiro a vocês que vocês tenham clareza que o modelo não é trancado, porque senão em tão pouco tempo não se teria feito 1 milhão e 300 mil moradias e contratado 1 milhão e 400. Nós vamos, até o final de 2014, ter contratado 2 milhões e 750 mil moradias.

Nós também queremos falar aqui, que eu não sei se todos sabem, sobre os três equipamentos: a retroescavadeira, a motoniveladora e o caminhão-caçamba. Nós acrescentamos isso ao conjunto de equipamentos. Quando eles serão entregues? Os prefeitos de todos os municípios afetados pela seca no Nordeste estão tendo suas entregas aceleradas e priorizadas e eu peço a compreensão dos prefeitos aqui para esse fato. Os prefeitos que não estão nessas regiões afetadas pela seca terão um cronograma também de entrega muito claro. Até agosto, nós pensamos entregar a grande parte das retroescavadeiras, concluindo tudo até outubro. Em novembro, nós vamos concluir as motoniveladoras. Em fevereiro, nós vamos concluir os caminhões-caçamba. Não depende de nós esse ajustamento, dependeu muito da indústria brasileira, que ficou sobrecarregada com essa contratação, toda essa demanda e pediu para defasar as entregas. Como a prioridade para nós é fazer esses três equipamentos para todo o Brasil, vocês hão de convir que foi uma demanda muito forte sobre a indústria.

O carro-pipa está sendo entregue. O caminhão-caçamba pode vir com equipamento para carro-pipa ou para caminhão-caçamba, depende do município. No Nordeste ele tem o caminhão-pipa. Queria também dizer que o valor desses equipamentos hoje, a preço de mercado, está em torno de R\$ 1,02 milhão para cada município desse país abaixo de 50 mil. Isso é muito importante porque melhora a capacidade e a autonomia do prefeito para prestar serviço para a sua população.

Quero dizer aos senhores que eu também recebi, por parte da associação de prefeitos, um pedido de apoiar a legislação do ISS, apoiar a questão da Lei Complementar 116. E eu quero me comprometer aqui a acolher a sugestão, o que o governo federal puder fazer para agilizar e construir o entendimento para que esse processo se acelere, nós assumimos aqui o compromisso público de fazê-lo.

Eu queria dizer a vocês que esses vários anúncios, eles estarão, e estão, sempre unificados numa certeza. A certeza é que o Brasil só pode ir para frente, avançar mais, se nós estivermos juntos. E para nós estarmos juntos, eu acho que é preciso uma Federação forte. A experiência que nós temos nestes dez anos de transformação social do Brasil, passa por uma consciência, aquela consciência que é a única que ela persiste, porque ela foi forjada no dia a dia.

E no dia a dia nós forjamos, por exemplo, a parceria do Bolsa Família. O Brasil não poderia executar o Bolsa Família se não tivesse a participação dos prefeitos e das prefeitas. Várias outras atividades nós só poderemos fazer avançar com essa parceria. E o meu governo trabalha orientado por essa premissa. Essa premissa, ela ilumina todas as nossas ações. Sabemos que nós vamos ter de continuar atuando no dia a dia para melhorar nossa gestão, para reforçar nossas políticas públicas e para resolver nossos problemas.

Por isso eu queria aqui terminar falando sobre essa questão dos médicos. Assim como educação, médico...

Eu queria terminar falando um pouco sobre a questão dos médicos. Eu tenho certeza que a população brasileira, em todos os rincões desse país, nas grandes cidades, em todos os lugares, ela quer dignidade. E não tem nada mais, nada mais caro, valoroso para alguém que o seu próprio direito à vida.

Nós temos hoje como começar a encaminhar a solução dessa área que aparece em todas as demandas, conversando com os movimentos sociais, conversando com as associações de municípios, olhando as pesquisas divulgadas pelos jornais, aparece como sendo uma das maiores demandas, não só minhas, não só de vocês, mas da população do nosso país. Por isso, é importante, sim, falar dos médicos. É importante por que o que é que significam os médicos? Saúde e Educação têm um componente de custeio, não é só investimento. Saúde e Educação precisam de bons professores e bons médicos, precisa de professores e precisa de médicos.

Eu escutei, ao longo desses dois anos e meio que eu estou no governo, de prefeitos e de governadores do Norte do país, a reclamação de que podiam pagar R\$ 30 mil e não tinha médico. Eu escutei, em áreas das periferias das grandes cidades esse pleito. Eu vi prefeitos de capital dizerem: "Não, em alguns lugares de excelência é fácil ter médico, o difícil é colocar nos bairros da periferia". Eu sei disso. Esse programa, eu tenho certeza que esse Programa – e quero aqui fazer um apelo – esse Programa Mais Médicos precisa

emergencialmente, em termos de urgência, da parceria entre todos nós. Todos nós. Os R\$ 3 bilhões que eu estou dando aos municípios como ajuda financeira, é justamente para garantir melhor qualidade de serviços.

É isso que hoje significa a conclamação que eu venho aqui fazer: nós juntos conseguimos, progressivamente, melhorar a gestão, melhorar a qualidade do atendimento. Vocês são prefeitos como eu sou presidenta. Vocês sabem que não tem milagre. Que quem falar que tem milagre na gestão pública, quem falar que tem milagre na gestão pública, sabe que não é verdade. Agora, nós precisamos fazer um esforço muito grande para atender aquilo que é emergencial, e ao mesmo e simultaneamente, olhar como nós resolvemos a questão do financiamento da Saúde, da Educação e dos serviços públicos nesse país.

Muito obrigada!

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião de Cúpula dos Estados Parte e Estados Associados do Mercosul e convidados especiais Montevideu-Uruguai, 12 de julho de 2013

Agradeço ao querido amigo Pepe Mujica a calorosa acolhida em Montevideu, e felicito o seu governo pela condução do Mercosul nesse semestre. A liderança do presidente Mujica tem sido fundamental para a manutenção e a vitalidade do nosso processo de integração.

Uma especial saudação ao presidente Nicolás Maduro, que participa pela primeira vez como chefe de Estado de uma reunião do Mercosul, o que muito nos orgulha. Desejo muita sorte à frente da Presidência Pro-Tempore do Bloco no próximo semestre. Apresento a minha inteira solidariedade e os melhores esforços para que nós possamos dar sustentação para essa Presidência Pro-Tempore. Você continuará, Nicolas, a contar com o nosso apoio nessa empreitada.

Queridos amigos, queridas amigas aqui presentes,

O Mercosul é a mais bem-sucedida e a mais abrangente iniciativa de integração já empreendida na nossa região. Desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, transformamos a lógica das relações na Bacia do Prata e no conjunto da América do Sul.

Transformar a lógica das relações é algo muito difícil, no século passado e neste século. Hoje, nosso bloco (falha no áudio) da integração comercial. É um projeto de desenvolvimento compartilhado entre nós. Um projeto de valorização, de inclusão social e que, pela primeira vez, torna a nossa população sujeito histórico efetivo do processo de transformação nas nossas regiões.

As nossas iniciativas são as mais variáveis. Vão da infraestrutura às telecomunicações; da Ciência e Tecnologia à Educação; da ampliação de suporte à pequena agricultura ao meio ambiente, à preservação do meio ambiente; das políticas de higiene, daquelas políticas que, de fato, reconhecem que discriminação contra as mulheres, contra os negros e os índios fazem parte de um real processo de democratização; do combate ao ilícitos internacionais ao desenvolvimento participativo de nossas fronteiras. Cada vez mais somos um Mercosul, um Mercosul diverso, mas um Mercosul que busca sua natureza, sua alma e, sobretudo, um Mercosul que tece as relações econômicas entre

nós, as relações sociais e as relações políticas. E nos orgulhamos muito, depois de uma longa trajetória, de termos nos tornado um Mercosul integrado por países democráticos, que tornam, e eu repito, pela primeira vez na história, suas populações protagonistas desse processo.

Nós precisamos resguardar esse patrimônio comum construído por muitos antes de nós – a presidenta Cristina citou alguns: o presidente Chávez, o presidente Lula e o presidente Kirchner –, construído também por outros antes deles, mas, sobretudo, nas últimas décadas que projetou o Mercosul diante do mundo.

Nossos críticos esquecem que desde o início dos anos 90 nosso intercâmbio comercial multiplicou-se mais de 12 vezes, passando de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 58 bilhões, em 2012. Nesse mesmo período, o nosso comércio com o mundo cresceu apenas oito vezes. O mercado comum que compartilhamos, destino privilegiado das exportações de nossos países nos proporcionou melhores condições para enfrentar as fortes crises da economia internacional, como a de 2008, que se arrasta e ainda persiste.

A fluidez dos vínculos comerciais e de investimentos têm sido um incentivo fundamental ao aprofundamento da integração do Mercosul em novas cadeias produtivas. Com esse ânimo, saúdo a realização, ontem, do II Fórum Empresarial do Mercosul, que deve se consolidar como um espaço permanente de discussão para os nossos empresários e agentes econômicos.

Estamos aprimorando o funcionamento da União Aduaneira, e sabemos que é preciso aperfeiçoar a inserção externa de nossas economias em conjunto do Mercosul nas cadeias globais de valor. Essa estratégia comum de ampliação de nossa presença, de uma presença competitiva no mundo, deve estar em sintonia com o modelo de desenvolvimento que fortaleça nossas indústrias, que estimule a diversificação produtiva, a diversificação do comércio e que assegure a mais ampla inclusão social e redistribuição de renda, aprofundando a nossa democracia.

Nesse contexto, sabemos que um dos maiores patrimônios que podemos legar para as futuras gerações é o incentivo, a maior ampliação possível dos processos de educação em nossos países, e a busca constante e perene por mais capacidade de agregação de valor e de valorização do trabalho em nossos países através da ciência, da tecnologia e da inovação.

O Mercosul possui uma estrutura econômica diversificada, variada, e deve ter uma política comercial externa que reflita todas as nossas potencialidades. Nesse espírito, creio que uma nova agenda de inserção externa para o Mercosul poderia contemplar cronogramas mais acelerados para a negociação comercial entre o Mercosul e outros países da América do Sul e também com a União Europeia; negociações no âmbito da América do Sul em serviços e em investimentos entre as nossas economias; promoção de novos acordos comerciais com os nossos irmãos, os nossos irmãos africanos, transformando a cooperação entre o Mercosul e a África em uma relação estratégica para todos nós. E também termos uma política de estímulo ao comércio e investimento para outras regiões do mundo.

Senhores presidentes, senhoras presidentas, senhores vice-presidentes, senhores ministros, senhores representantes de delegações dos países irmãos, senhora presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, queridos presidentes dos países aqui representados, e

aqui eu queria cumprimentar... quero cumprimentar o presidente da Guiana, Donald Ramotar, o presidente de Honduras, Porfirio Lobo, o vice-presidente de Cuba, Ricardo Cabrisas, o vice-presidente do Equador, Jorge Glas.

E queria dirigir um cumprimento muito especial, solidário, ao presidente Evo Morales. Esse cumprimento ao presidente Evo Morales faz parte da convicção de que essa região não pode deixar de manifestar o mais integral repúdio ao tratamento dispensado a um de nossos presidentes por países europeus. Cada um de nós tem que defender essa posição de repúdio, não só por causa do presidente Evo Morales, mas porque uma parte de cada um de nós, presidentes de países latino-americanos, foi ofendida e foi de fato atingida por esse ato. Não há a possibilidade dessa solidariedade não se refletir em atos concretos e efetivos, seja junto aos governos, como junto aos embaixadores desses países. Por isso considero que para nós é muito importante que tenhamos uma estratégia de integração, que contemple tanto a nossa presença competitiva no mundo, que seja em sintonia com o desenvolvimento de nossa população, mas também que respalde, referende e lute por um respeito integral, ao fato de que somos países soberanos nos quais os direitos humanos, em especial os direitos individuais integram as nossas constituições e as nossas legislações.

Voltando à questão de uma agenda competitiva internacional. Eu queria destacar que o Brasil vai se prestar sempre a uma cooperação cada vez mais ampla no âmbito do Mercosul e de todas as suas instâncias. Por isso... Senhoras e senhores,

Eu quero saudar aqui um fato, o fato do Mercosul passar por um importante momento de ampliação de sua área de abrangência. O ingresso efetivo da Venezuela no Bloco, além de aportar ganhos econômicos, presidente Maduro, ganhos de escala, reforça a dimensão política, a dimensão estratégica do Bloco. A Venezuela amplia a capacidade do Mercosul de irradiação para o norte do continente. E eu tenho certeza, presidente Maduro, em direção ao Caribe e à América Central.

Queria também dizer que nós, nesse último semestre, demos início às negociações relativas à adesão da Bolívia, o que torna também mais consistente o Mercosul, uma vez que passa a integrar um país da região andina. Também prosseguimos com o diálogo com o Equador.

Com a Guiana e o Suriname concluímos as negociações para o ingresso nesta Cúpula de ambos, como Estados Associados. E queria dizer que, como Estados Associados, a Guiana e o Suriname são muito bem-vindos.

Todos os países da América do Sul passam a participar, de uma forma ou de outra, em níveis distintos, com categorias diferenciadas, do Mercosul. E isso, para nós, é uma grande conquista. Temos, porém, uma tarefa importante a realizar, e aí eu me refiro ao regresso do Paraguai, sócio fundador do Mercosul. A posse do presidente Horacio Cartes, daqui a pouco mais de um mês é motivo de esperança, de muita expectativa para a região.

Gostaria de dizer que o Paraguai e o povo paraguaio são partes essenciais do destino do Mercosul. Queremos tê-los de volta. Acredito que essa é uma tarefa que, como expressou o nosso presidente pro-tempore no próximo semestre, o Nicolás Maduro, será perseguida por todos nós, com muita determinação no sentido de assegurar que o Paraguai volte para o Mercosul, e aqui eu queria registrar e constatar um fato que mostra a maturidade

política e econômica do Mercosul. Nós jamais tivemos atitudes de retaliação ao povo ou ao governo paraguaio. Nós tomamos uma atitude política e isso se constata por um fato: a ampliação das relações econômicas, a ampliação das relações comerciais do Paraguai com o Mercosul nesse período.

Isso marca uma distinção entre a forma de tratar as divergências no seio do Mercosul vis-à-vis as formas que imperam em outras partes do mundo. Acredito que o Mercosul não só mostrou grande maturidade, mas mostrou claramente que os povos não podem, de maneira alguma, sofrer as consequências de atos dos quais eles não participaram. Por isso, acredito que nós temos uma base real, em que o Paraguai possa, de fato, voltar ao Mercosul.

Querido presidente Mujica,

Durante o último semestre, o Uruguai contribuiu, de forma decisiva, para aperfeiçoarmos no Mercosul os mecanismos de participação dos setores sociais, dos movimentos sociais organizados de nossas sociedades. Essa participação social no esforço de integração regional é fundamental para o processo de afirmação democrática que estamos vivendo.

Nos últimos dez anos, o Mercosul conheceu avanços significativos nos pilares social e da cidadania, entre os quais o estabelecimento de um estatuto de cidadania e do plano estratégico de ação social, e a abertura de canais de diálogo com a sociedade civil, como a cúpula social. Como órgão de representação dos povos da região, o Parlamento do Mercosul também deve ser fortalecido. Espero que nossos legislativos nacionais nos permitam realizar, com a maior brevidade possível, eleições diretas para esse Parlamento regional. Nesse contexto, precisamos ainda com urgência estabelecer mecanismos viáveis de financiamento das políticas sociais regionais, ao amparo do plano estratégico de ação social.

Senhoras e senhores, aproveito essa oportunidade, mais uma vez, para reiterar, de forma pessoal, a minha, a do meu governo e a do povo brasileiro, reiterar a solidariedade ao presidente Evo Morales. Nós também fomos atingidos diretamente pelas recentes denúncias de que as comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos e instituições de nossos países e de outros países da América Latina estão sendo objeto de espionagem por órgãos de inteligência. Isso fere nossa soberania e atinge os direitos individuais, inalienáveis, de nossa população. Defendemos que a soberania, a segurança de nossos países, a privacidade de nossas comunicações, a privacidade de nossos cidadãos, a privacidade de nossas empresas, devem ser preservadas, e esse é o momento de demonstrar um limite para o Mercosul. O governo e o povo brasileiro não transigem com sua soberania, como eu tenho certeza, os governos e os povos que integram o Mercosul não transigem com a deles.

Por isso, saúdo a decisão de rechaço tomada pelo Mercosul para todas as questões relativas, tanto ao ferimento da nossa soberania como o direito individual dos nossos povos. Mais do que manifestações, devemos também adotar medidas cabíveis, pertinentes, para coibir a repetição de situações como essa.

Queria também saudar a decisão de afirmação no âmbito do Mercosul do direito ao asilo. Finalmente, tenho certeza que nós devemos valorizar o Mercosul, porque diante, tanto dos momentos de expansão, quanto dos momentos de crise, o Mercosul é o melhor

caminho para o fortalecimento de nossos países, para o desenvolvimento de nossas economias e para a afirmação da cidadania de nossos países.

Muito obrigada.

**Mensagem de boas-vindas da presidenta Dilma ao papa Francisco e aos participantes da Jornada Mundial da Juventude
16 de julho de 2013**

O Brasil recebe de coração e braços abertos o papa Francisco e os jovens que estão chegando de todos os lugares do m

undo para essa grande celebração que será a Jornada Mundial da Juventude. É um evento com grande força porque renova as esperanças de um mundo melhor. Como presidenta e como brasileira de um país jovem, sei que ninguém mais capaz que o jovem para traduzir o sonho de criar uma sociedade mais justa e harmônica.

A Jornada ocorre em um momento muito especial para o mundo e para o Brasil. Aqui e em todo o planeta a juventude renova seu desejo de sonhar e lutar por um mundo cada vez melhor. Esse encontro dos jovens brasileiros com seus irmãos de todo o mundo será um momento único para grande troca de ideias e de experiências inspirada por valores como a solidariedade, a fraternidade e acima de tudo paz, igualdade e justiça social para todos os povos.

A presença dessa energia jovem cheia de valores cristãos no Rio de Janeiro vai dar ainda mais força ao sonho brasileiro de continuar avançando em conquistas sociais, na garantia de direitos, no reforço de nossos valores éticos e no aprimoramento de nossa democracia. Sejam bem-vindos a este país sempre jovem que tem o Cristo Redentor de braços abertos para todos os jovens do mundo e para o papa Francisco. (veja o vídeo)

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega de 1.438 unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida dos conjuntos residenciais Londres, Califórnia I e II e Jardim Itapoá, e entrega de 42 retroescavadeiras

Ponta Grossa-PR, 16 de julho de 2013

Eu queria, na verdade, fazer uma saudação para a Marleninha, para o seu João e para a Rosângela. Saúdo os três ao saudar todos os 8.100, as 8.100 famílias que aqui, nesta cidade, têm um recorde, recorde da casa própria.

Eu fico muito feliz em estar aqui hoje, inaugurando e lançando, entregando esse residencial Londres, Califórnia I, Califórnia 2, Itapoá. E quero dizer para vocês que aqui, em Ponta Grossa, de fato vocês conseguiram bater um recorde.

_____ : É porque eles acreditaram.

Presidenta: E aí... Vocês acreditaram e também trabalharam. Não só acreditaram, mas também trabalharam. E por isso eu estou muito feliz de estar aqui e de ser uma das presidentas que visitou Ponta Grossa.

Quero cumprimentar o governador do Paraná, governador Alberto Richa.

O nosso prefeito, que nos recebeu aqui tão bem, tão calorosamente, Marcelo Rangel, e a senhora Simone de Oliveira.

Quero também cumprimentar os ministros de Estado que me acompanham aqui, nesta viagem, dois ministros paranaenses: a Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; o Paulo Bernardo, das Comunicações. E cumprimentar também o Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário, que aqui entregou as retroescavadeiras; e o Aguinaldo Ribeiro, das Cidades, responsável pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, junto com o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda.

Uma saudação muito especial ao Orlando Pessuti, ex-governador do Paraná.

Cumprimento também o senador Sérgio Souza.

Os deputados federais André Vargas, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Sandro Alex.

Cumprimento o vereador Ariel Machado, presidente, aqui, da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Cumprimento o senhor Munir Chaowiche, diretor presidente da Companhia de Habitação do Paraná.

Cumprimento o senhor Dino Schrutt, presidente da Companhia de Habitação de Ponta Grossa.

Cumprimento, mais uma vez, a todos os beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida,

Senhoras e senhores coordenadores dos movimentos estaduais e dos movimentos pela moradia: Giovani Kivlevski, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia; Juliana de Jesus Maciel, da Central de Movimentos Populares. Os movimentos sociais muito ajudaram o governo federal nessa, se foi... nesse que foi um dos melhores programas que nós fizemos, que é o Minha Casa Minha Vida, dando sugestões, dando... principalmente fazendo pleitos e reivindicações, porque nós vivemos em um país especial, em um país em que nós temos e ... conversamos e temos diálogo com os movimentos sociais. Então, agradeço a eles pela participação sistemática nessa luta que é garantir moradia à população brasileira.

Agradeço aos senhores jornalistas, aos senhores fotógrafos, aos senhores cinegrafistas.

Quero dizer para vocês que visitar Ponta Grossa é um prazer e uma honra para mim. Nesta minha primeira visita como presidenta, eu venho aqui ter este ato que eu considero um ato de honra à cidadania brasileira, e aqui à cidadania e à família pontagrossense, que é entregar essas 1.438 casas para 1.438 famílias, e isso é muito gratificante, porque uma casa não é uma soma de tijolos, não é uma soma de telhado, não é uma soma de ferro, tampouco de alumínio. Uma casa é aquele lugar que nós buscamos, primeiro, como refúgio, depois, como conforto. Como conforto, mas um conforto especial. Casa rima com família. Família rima com amor, com afeto, rima com todo o carinho que envolve, na nossa sociedade, a construção de um ambiente para crianças e jovens se desenvolverem. Por isso, é um sonho realizar o sonho da casa própria. Mas é aquele sonho real, é aquele sonho que vira realidade quando a gente consegue realizar isso que nós estamos realizando aqui hoje.

Nós estamos entregando a casa própria, o lar para bairros aqui, onde vão se localizar esses residenciais. Mas aqui em Ponta Grossa, como eu disse, nós sabemos que, além das casas, aqui no entorno tem infraestrutura também, tem infraestrutura urbana. E sabemos também que aqui em Ponta Grossa foi feito um grande esforço, e esse esforço culminou com as 1.438, que somados aos 6.700 já entregues, totalizam 8.100 casas,

lares, para as famílias pontagrossenses. E ainda tem mais 4.300 moradias em construção.

Isso é muito importante, porque nós temos de fazer um grande esforço, porque durante mais de 30 anos, neste país, não se investiu em habitação popular. E se vocês me perguntarem por que não se investia em habitação popular, eu direi a vocês que era pelo seguinte: a conta não fechava. E por que a conta não fechava? A conta não fechava porque queriam que as pessoas fossem no mercado, no chamado “mercado” e comprassem uma casa que, em média, custa entre 40, 50 mil reais, que comprassem, ganhando até um salário mínimo, ou dois salários mínimos.

O que o governo fez? O governo, sabendo que a conta não fecha, colocou aquilo que tem de fazer. Porque o dinheiro que um governo arrecada, ele tem de ser devolvido para a população que mais precisa, e a população que mais precisa é essa que está ganhando o Minha Casa, Minha Vida. Ganhando por quê? Porque durante anos a fio, no Brasil se achou que o povo tinha de se virar, o governo ficava quieto e o povo que se virasse para conseguir morar em algum lugar. Daí nós sabemos o que aconteceu: as pessoas foram empurradas, cada vez, para morarem em habitações as mais precárias ou dividir com parentes, ou pagar um aluguel com dificuldade. E, às vezes, a pessoa, como a Marleninha me contou hoje, perde a casa e não tem para onde ir.

Agora, não, o governo federal não vai abrir mão de fazer um programa como o Minha casa, Minha Vida. E esse programa, ele tem um foco, ele tem um foco. Esse foco são as pessoas que mais precisam. E é isso que um governo faz. Eu sou presidenta de todos os brasileiros, mas sou presidenta com o olho voltado, muito, mas de forma muito intensa, para aqueles que mais precisam.

E, por isso, eu fico orgulhosa de ver essas casas que estão aí, porque essas casas fazem parte desse programa que é o maior programa habitacional que o Brasil teve em todos os anos. E eu fico orgulhosa... Falam o seguinte: “Por que é que você olha o chão?” Eu olho todo o chão da moradia, eu aprendi a olhar o chão, porque mulher olha o detalhe do chão, se tem azulejo na cozinha, se tem azulejo no banheiro.

Nós queremos que sejam casas decentes e dignas. O povo, no Brasil, tem de merecer o que há de melhor, e o que nós conseguimos de melhor... Eu fiquei também muito feliz de ver esses telhados de quatro águas. As casas têm de ser bonitas, têm de estar bem pintadas, as janelas têm de ser largas, têm de ter insolação. E mais, é importante saber que tem um terreno ali no fundo, que as pessoas possam fazer um cercado, fazer uma horta, criar uma galinha ou fazer um canto para as crianças. Enfim, uma casa é aquilo que a gente constrói, e a gente constrói ao longo do tempo. Eu sei que essa casa vai ficar ainda mais bonita porque vão botar flor nessa casa, vão botar uma arvorezinha na casa, e essa casa é aquela que nós queremos que seja a casa mais bonita do mundo.

Por isso eu fico muito feliz de estar aqui hoje. Esse programa, Minha Casa Minha Vida, ele é um programa para construir, nesse período do meu governo, e entregar 2 milhões e 750 mil habitações. Vou repetir: 2 milhões e 750 mil casas populares. Nós já entregamos 1 milhão e 250 [mil], contando com o último ano do governo Lula e os meus dois anos. Nós já contratamos, para serem construídas e já estão em construção, outras 1 milhão e 500 mil casas. Faltam ainda 1 milhão, portanto, todos os prefeitos aqui têm de saber uma coisa. Agora, para as prefeituras abaixo de 50 mil habitantes, quem faz o processo é a

Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil, e todos os municípios têm direito à habitação. Quem fará? A Caixa Econômica e o Banco do Brasil, o que vai tornar o processo muito mais rápido e muito mais efetivo.

Eu tenho certeza que nós vamos cada vez melhorar mais. E aí eu queria contar essa novidade para vocês, que o ministro já começou a contar, que nós entregamos o cartão hoje, que é o Minha Casa Melhor. Por que nós fizemos o Minha Casa Melhor? Porque esse programa beneficia tanto as famílias ... essas 1.438 famílias, quando receberem a chave, receberão o cartão Minha Casa Melhor. Com esse cartão, você tem direito a adquirir R\$ 5 mil de alguns produtos, que você pode escolher, você não precisa de comprar todos, você vai comprar aqueles que você considera que são os mais importantes para ti e para a sua família. Agora, se você quiser comprar os R\$ 5 mil, você pode comprar. O que é que ele abrange? Geladeira, fogão, guarda-roupa, mesa, cadeira, sofá, máquina de lavar roupa automática, que é muito importante para nós, mulheres, donas de casa, sabemos o que é lavar um lençol e uma toalha na mão, agora, com a máquina de lavar roupa automática, isso significa também um processo de independência para as mulheres. Enfim, você pode construir... Ah, computador para os jovens e para as crianças, que vai ajudar não só na escola, mas vai deixar eles entrarem nas redes sociais. Enfim, que vai colocar as pessoas em contato umas com as outras.

Eu considero que esse Minha Casa Melhor, ele tem a mesma função do Minha Casa, Minha Vida: ao mesmo tempo que ele muda a vida das pessoas, porque o Minha Casa Melhor assegura que qualquer um de vocês possa comprar, com juros de 5%, juros de 5% apenas, juros menores que a inflação, portanto, juros negativos, 5% ao ano, vocês possam comprar aquilo que vocês querem e aquilo que vocês precisam, com qualidade, pagando em 48 meses, portanto, com uma prestação muito pequena.

Isso é para garantir que as famílias brasileiras tenham condições dignas de vida, mas, ao mesmo tempo, tanto as casas como o Minha Casa Melhor beneficiam quem? Beneficiam também aqueles trabalhadores brasileiros que vão ter seus empregos ampliados, porque vai ter emprego na construção civil, vai ter emprego para produzir as geladeiras, os fogões, e vai ter emprego também para vendê-los. Isso, então, constrói um programa inteiro, um programa que beneficia as pessoas que mais precisam e, ao mesmo tempo, garantem o aumento do emprego no Brasil.

Eu queria dizer para vocês uma outra coisa. Eu queria dizer para vocês do compromisso do meu governo com a melhoria da situação, com a melhoria das condições de vida da população brasileira. Nos últimos anos, nós avançamos muito. Nós ampliamos o emprego no Brasil e, nos últimos dez anos, nós chegamos a criar praticamente 20 milhões de empregos, na verdade, 19 milhões e 600 mil novos postos de trabalho com carteira assinada. Nós promovemos várias políticas sociais, uma delas que nós manteremos, enquanto for necessário, é o Bolsa Família, que garante uma renda mínima para a população mais pobre no nosso país.

Mas eu quero falar para vocês de uma outra questão, de como é importante – e aí eu entro diretamente na questão dos prefeitos –, de como é importante as prefeituras, as grandes, as médias, mas, sobretudo, as pequenas prefeituras do nosso país, principalmente aqui num estado como o Paraná, um estado que é um forte produtor de alimentos para o Brasil e um forte exportador para o resto do mundo.

Na última reunião dos prefeitos, eu anunciei que nós – o governo federal – temos o compromisso com os prefeitos de melhorar as condições de trabalho nas prefeituras. Por isso nós estamos fazendo essa doação, em caráter integral, para os prefeitos, de retroescavadeiras, motoniveladoras e caminhão-caçamba. Uma prefeita me disse há pouco: “Olha, no meu município, eu tenho quatro mil quilômetros de estradas vicinais”. Quatro mil quilômetros de estradas vicinais é um mundo, e esses quatro mil quilômetros estão a cargo, ali, da prefeita de Lapa. Ela me disse que, portanto, ela vai ter o uso fundamental para as motoniveladoras, para retroescavadeiras e para o caminhão-caçamba. E quais são esses usos? Além de passar... falaram muito aqui da produção agrícola, que é fundamental que tenha estradas adequadas para passar, mas nós sabemos também que, pelas estradas vicinais, passa o ônibus escolar, o Samu e transitam as pessoas e os moradores, e aí eu quero falar para vocês que o governo federal se comprometeu e a partir de agosto começa a liberar, dos R\$ 3,5 bilhões que nós prometemos liberar em duas parcelas, em agosto ele libera R\$ 1,5 milhão ... R\$ 1,5 bilhão, logo em abril, mais R\$ 1,5 bilhão. É um pouco mais que um por cento do Fundo de Participação dos Municípios porque não tem descontos. É uma liberação fora do Fundo de Participação dos Municípios, mas é um pouco mais de um por cento.

Então, isso é muito importante para quê? Para que a gente possa também... vocês possam contribuir com a gente através do gasto em custeio, com a melhoria do atendimento de saúde e educação nos municípios. Nós sabemos que educação e saúde têm um componente de investimento, mas, em termos de saúde pública no Brasil, é um dos programas... saúde e educação que precisa de gasto com pessoal e com manutenção e com o custeio da escola, o custeio da creche. Se o custeio da creche hoje, nós antecipamos o Fundeb enquanto vocês não recebem, há muitas coisas que vocês ainda não têm os recursos necessários e, por isso, nós estamos dando essa contribuição. Além disso, para os municípios que precisarem de médicos, nós não só pagaremos o salário dos médicos, de R\$ 10 mil, como aumentamos o PAB também, que é o Programa de Atenção Básica, por pessoa, aumentando mais R\$ 3 por habitante por município. Todo esse esforço, para nós, é no sentido de assegurar que no Brasil nós tenhamos algo que é fundamental. Nós melhoramos muito a situação dentro da casa, se você olhar e comparar com 20 anos atrás, 15 anos atrás, e antes de 2003. Nós melhoramos muito, mas ainda há muito o que fazer, muito o que fazer para garantir uma saúde de qualidade para todos os brasileiros e brasileiras, não importa se eles moram perto de uma UPA ou de um Hospital de Referência, ou se eles paguem a saúde deles. Importa é que o Brasil tem de mudar a qualidade da sua Educação e tem de mudar a qualidade da sua Saúde.

A Educação, nós avançamos muito. Hoje muitos estudantes podem fazer uma faculdade paga, por causa do ProUni, podem pagar um curso, porque nós financiamos a longo prazo, através do financiamento para a Educação, e também porque ampliamos duas coisas fundamentais: universidades e escolas técnicas no Brasil.

Mas tem duas coisas ou, melhor, três coisas que nós temos de fazer, na Educação, para este país virar um país desenvolvido, ser uma nação desenvolvida. Nós precisamos de assegurar, primeiro, creche para aquelas crianças que mais precisam. As crianças – e isso é sabido – elas aprendem, elas são despertadas muito cedo para o conhecimento. Então, uma criança que tem três anos de idade, e vai até cinco, aí ela está formando a

sua base. Por isso, quanto mais creches e melhores creches, mais nós estamos atacando uma coisa que é muito importante: a raiz da desigualdade. E aí nós estamos dando oportunidades iguais para cada brasileiro e para cada brasileira. Quanto melhor creche, quanto mais creche o Brasil for capaz de fazer, melhor será. Para isso é preciso recurso, é preciso dinheiro para pagar professor de forma adequada. E por isso nós defendemos o uso dos royalties do petróleo para a educação. Por isso.

Mas vocês pensam que acabou? Não acabou, não. Ainda o Brasil tem de assegurar que toda criança de até 8 anos de idade saiba... Até 8 anos, desculpa, até 6 anos de idade, e entre 6 e 8 anos, ela saiba, tenha condição de manejar a leitura, a interpretação do que leu, a operação de aritmética simples, de divisão, de subtração e de multiplicação, bem elementar. E, ao mesmo tempo, isso que é chamado Alfabetização na Idade Certa é condição para a gente formar, no futuro, bons técnicos, bons engenheiros, bons professores, bons cientistas, é condição para o futuro do Brasil. Para isso, a gente tem de pagar bem o professor alfabetizador. Por isso, nós precisamos dos *royalties* da educação. O governo federal se dispõe a colocar parte dele para a educação. Obviamente, nós precisamos para uma outra coisa também. Nós precisamos para o ensino técnico. No Brasil, nós estamos muito aquém de uma relação que existe em vários países do mundo. Para cada um, para cada uma pessoa que vai para a universidade, nos países desenvolvidos, tem em torno de dez pessoas que se formam em profissões técnicas e são bem remuneradas. Profissão técnica, no Brasil, tem de ser vista como uma coisa digna, e isso é condição para a gente valorizar o trabalho de cada uma das pessoas. Daí formar as pessoas, garantir que adultos possam estudar e melhorar a sua capacidade, ser um eletricitista, ser um operador de máquina, trabalhar como um desenhista de equipamento. Tudo isso é possível fazer adulto, mas tem coisa que a gente tem de formar jovem... jovens, crianças, para que elas sejam capazes de enfrentar o mundo e transformar este país numa das maiores potências que ele pode ser, mas depende, não é do petróleo, não é da mineração, não é só da agricultura, não é só da indústria, nem do serviço. Depende de garantir, a cada um dos brasileiros e das brasileiras, a melhor educação possível.

E, para isso, eu quero dizer para vocês que vocês têm o meu empenho. Eu fiz com os governadores e os prefeitos alguns pactos. Eu fiz um pacto pela ética na política, por valores republicanos, pela garantia de que o Brasil tenha um gasto... que o dinheiro público não se desvie de nenhuma outra finalidade que não seja servir a população. Eu fiz um pacto por garantir que vai ter médico neste país e que vai ter saúde de qualidade e infraestrutura adequada. Eu fiz um pacto para que tenha *royalties* neste país e, sobretudo, eu fiz um outro pacto: eu fiz um pacto pela qualidade, também, do transporte urbano neste país. O governo federal não é responsável pelo transporte, mas tem responsabilidade com cada grande cidade. Somos capazes e iremos fazê-lo, garanto a vocês, ajudar cada prefeito de capital a melhorar o sistema de transporte, para evitar que as pessoas fiquem dentro dos ônibus mais tempo do que trabalham ou que ficam de lazer nas suas casas.

Eu quero dizer para vocês, finalmente, que aqui, aqui nesta cidade que eu me orgulho de estar visitando como presidenta eleita, como presidenta no exercício, eu quero dizer que aqui nós temos feito uma grande parceria e temos vários empreendimentos, seja na área

da saúde, seja na área do investimento em melhores condições de saneamento e, também, em mobilidade urbana, em transporte público.

Quero dizer para vocês que nós todos, aqui, só temos de ter uma certeza: o Brasil é um país que tem tudo, mas tudo mesmo, para ser uma nação desenvolvida. Ao longo da história nós, muitas vezes, perdemos essa chance. Eu tenho certeza que nós, hoje, temos todas as condições e tenho, sobretudo, uma certeza no meu coração e na minha cabeça: a certeza de que nós não perderemos essa oportunidade. E eu tenho essa certeza porque isso que nós fizemos aqui, hoje, de entregar 1.438 casas populares, fazendo parte de tudo o que já foi feito antes e que será feito depois, mas isso é um dos fatos decisivos para mudar a qualidade de vida dos brasileiros. E a gente só irá, só irá alterar este país, transformar ele num grande país, uma nação desenvolvida, se as condições de vida da população brasileira melhorarem, se alterarem, forem diferentes, para a dona Marleninha, para a Rosângela, para a dona Maria, para o seu João, para cada um dos brasileiros e brasileiras, pequenos e grandes. Mas, sobretudo, sabendo que nós, como qualquer país desenvolvido, temos de olhar para as nossas crianças, para as nossas mães, porque ali está o futuro do Brasil.

E eu quero dizer aqui, para cada uma das mulheres aqui presentes: quando eu fui eleita, eu disse que eu ia honrar aqueles que mais precisam, e honrar as mulheres deste país. E eu quero dizer para vocês: eu honrarei a capacidade de luta das mulheres brasileiras. Muito obrigada.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 41ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES Palácio Itamaraty, 17 de julho de 2013

Boa tarde a todos.

Queria cumprimentar o nosso vice-presidente da República, Michel Temer, todas as senhoras e os senhores integrantes desse Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Queria cumprimentar os ministros e as ministras de Estado aqui presentes cumprimentando o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Marcelo Neri, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e o embaixador Eduardo Santos, interino das Relações Exteriores.

Queria agradecer a presença de todos os ministros que aqui comparecem.

Cumprimentar o nosso embaixador Roberto Azevêdo, indicado como diretor-geral para a Organização Mundial do Comércio.

Cumprimentar uma querida amiga, a Alicia Bárcena, secretária-executiva da CEPAL.

Cumprimentar os senhores conselheiros que brilhantemente fizeram o uso da palavra e mostram a força desse Conselho.

Cumprimentar o Clemente Lúcio, diretor-técnico do Departamento Intersindical, o DIEESE.

Cumprimentar o Sérgio Haddad, coordenador da Organização Não-Governamental Ação Educativa.

Cumprimentar o vice-presidente de relações institucionais da Embraer, Jackson Schneider.

Cumprimentar a Nair Goulart, presidente da Força Sindical da Bahia.

A cada um deles eu queria agradecer as falas, porque todos nós, aqui, ficamos não só envolvidos, como quer o Clemente, mas também extremamente inspirados por cada uma das falas feitas aqui nesse dia.

Queria também cumprimentar os jornalistas, as jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas.

Integrantes desse Conselho,

Senhoras e senhores,

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social merece nossos calorosos cumprimentos por esses 10 anos de atividade. Em todo esse período, o Conselho tem sido um interlocutor muito importante do governo, seja por sua capacidade de análise, seja por sua capacidade de formulação, seja por sua representatividade e independência. O diálogo no contraditório tem sido extremamente produtivo para todos nós, tanto – eu acredito – para vocês que participam diretamente do Conselho, como para nós presidentes – falo em nome do presidente Lula também – presidentes que tivemos a oportunidade de receber todas as sugestões, as propostas e os desafios colocados pelos senhores.

Este Conselho é um canal muito importante. De fato, o Brasil hoje não pode prescindir de canais desse tipo. Este é um canal muito importante, conectado com o Brasil real. E essa conexão dos senhores com o Brasil real, ela é estratégica para que nós possamos, de fato, melhorar as condições de representatividade do país, não só os parlamentos, tanto no nível federal, como estadual e municipal, não apenas as conferências, não apenas as organizações que envolvem governos e sociedades, mas este Conselho demonstra, nesses últimos 10 anos, e ao representar os segmentos mais diferentes da nossa sociedade, colocaram o interesse do nosso país acima dos interesses específicos, e perceberam algo que eu considero fundamental, e que mostra e distingue o Brasil, nesses últimos anos: que o maior obstáculo ao desenvolvimento do nosso país era a desigualdade, a desigualdade de todas as formas.

Ao colocar isso no centro, depois desse processo descrito pelo Clemente Lúcio, este Conselho deu um passo à frente, no que se refere às propostas e os focos que o nosso país veio se colocando, ao longo de todos os séculos. Desigualdade entre regiões, que nós sabemos que são extremamente candentes e que levaram a grandes atrasos no Brasil; desigualdade entre homens e mulheres, que rompe o princípio da harmonia de uma sociedade; entre negros e brancos, que nós temos a obrigação de superar, por termos tido, tão perto de nós – por que o que é um século ou um século e meio na história de um país? – tão perto de nós, a escravidão. Desigualdade entre empresas de diferentes tamanhos, entre a pequena e a grande empresa; entre setores produtivos, entre cidadãos na base e no topo da pirâmide. Sobretudo essa desigualdade, que foi a característica do nosso país durante tantos anos e que nós temos lutado em conjunto para superar.

Em nenhum momento este Conselho deixou de reconhecer que avançamos muito no combate às desigualdades. Mas este Conselho também nunca deixou de registrar que

ainda há um longo caminho a percorrer para que o Brasil se torne um país realmente, efetivamente, desenvolvido, sustentável e justo.

Compartilho com todos os integrantes deste Conselho a certeza de que esse processo de avanço, no sentido de superação das desigualdades do nosso país não deve, não pode e não será interrompido. Esse processo está sendo mantido e ampliando, estamos vencendo e precisamos continuar vencendo grandes desafios, escolhendo bem os desafios, focando nos desafios que queremos superar, porque uma parte da solução está, sem dúvida nenhuma, em ousar transformar e tomar as medidas para resolver as questões que, de fato, entravam esta questão relativa não só ao desenvolvimento, mas, também, ao combate às desigualdades, tanto no que se refere à situação econômica e social do país e enfrentando as nossas próprias carências, mesmo que alguns dos obstáculos tenham sido impostos pela crise econômica. Nós temos de perceber que a nós cabe enfrentar as nossas carências, mesmo num cenário e numa conjuntura internacional não favorável, como o que ocorreu nas décadas passadas, ou na década passada. Carências que existiriam, nós sabemos, portanto, sem crise ou com crise internacional, mas que certamente se tornam mais complexas e danosas por causa dela. Portanto, a crise não é uma justificativa para que nós não as enfrentemos. Aliás, é um motivo para que nós o façamos com maior força, com maior determinação e deliberadamente.

Aproveito, aqui, para repelir as posturas pessimistas quanto à economia brasileira hoje e no futuro próximo, Há dados concretos que desmentem as análises mais negativas. Hoje nós temos, estruturalmente, melhores condições na nossa economia do que tivemos em anos passados. E isto é uma verdade que tem sido ignorada, e eu peço licença para citar algumas características que eu acho importante sinalizar. Não estou dizendo que não temos o que melhorar. Estou dizendo que temos a força necessária para fazê-lo, porque a conquistamos, a construímos.

Citando algumas das características que eu acho importante, eu diria que nós superamos aquela oposição que durante muito tempo existiu no Brasil, entre se o setor público ou o setor privado deviam fazer certas obras, tomar certas iniciativas. Hoje todos nós percebemos que essa inter-relação entre o setor público e o setor privado é crucial para o país.

Assim, as licitações e as concessões que temos realizado estão atraindo investidores, e isso apesar da situação internacional difícil. Por exemplo, eu cito a 11ª rodada de licitação para exploração de petróleo, que teve o recorde de arrecadação, com a participação de 39 empresas, 12 países e a vitória de 30 empresas, 12 nacionais e 18 estrangeiras. Vivemos uma perspectiva muito positiva em relação ao que vai acontecer em outubro, quando da primeira rodada de licitação do pré-sal. Aliás, o Campo de Libra é um dos maiores, nos últimos anos, um dos maiores potenciais de petróleo no mundo, e tenho certeza que isso vai sinalizar, também, uma posição muito clara do Brasil em relação a esse processo.

Nós fizemos, por exemplo, este ano, dois leilões de transmissão de energia elétrica, um em maio e outro em julho. E ambos tiveram uma situação que eu acredito foi positiva, apesar de algumas previsões catastrofistas, em relação a eles.

No setor portuário, por exemplo, há poucos dias, a aprovação do marco regulatório dos portos para um país que precisa, de fato, de enfrentar os seus custos, que precisa de

enfrentar, de fato, o desafio de transformar o ambiente de negócio e as condições de fazê-los, no Brasil. Pois muito bem, esse marco recém-aprovado já permitiu o anúncio público de 50 terminais de uso privativo para cada um deles a pelo menos um interessado e um concorrente inscrito, o que indica que esse processo será também um processo bem-sucedido, uma vez que se abriu os portos à participação de investidores do nosso país, investidores privados.

Essas licitações que eu mencionei, elas vão se somar a todas aquelas feitas, que já foram feitas, mas, sobretudo, àquelas que serão feitas ao longo de agosto até dezembro, para ferrovias, rodovias, aeroportos, principalmente, no caso de aeroportos, a concessão de Confins e do Galeão, e a modernização dos 270 aeroportos regionais que serão lançados também a partir de outubro, conformando um dos maiores investimentos feitos no Brasil, nos últimos anos, numa parceria entre o setor público e o setor privado, seja através de concessões, PPPs ou participação nos processos de obras públicas.

Nós estamos, de fato, promovendo a transformação de nossa infraestrutura em prol de mais eficiência e competitividade, em forte parceria com o setor privado. Sabemos que o Brasil precisa dar passos efetivos no que se refere à maior racionalização e redução de impostos. Daí a importância que nós atribuímos à redução da carga tributária e dos encargos, especialmente no que se refere à folha de pagamento.

Também no que se refere à redução dos juros, às mudanças na situação da competitividade do Brasil através de vários programas que têm assegurado que o país transite por uma outra situação, com redução de custos, como é o caso de energia, uma outra situação de maior competitividade. Nessa área, nós temos perfeita consciência de que há muito o que fazer. Nenhum país do mundo deu passos significativos para o desenvolvimento da nação sem reformar o próprio Estado. Daí a importância da redução acelerada da burocracia, daí a importância que o nosso país tem de atribuir ao fato de que não podemos mais aceitar a sobreposição de controle, processos de fiscalização e regulação.

Simplificar não significa diminuir o controle. Simplificar significa transformar esse controle em algo mais eficaz e efetivo. E, sobretudo, sem enterrar o processo de crescimento e de desenvolvimento sustentável de nosso país.

Queria destacar também uma outra questão, uma questão que diz respeito à estabilidade. A inflação do Brasil, ela vem caindo de maneira consistente nos últimos meses. O IPCA de maio foi menor que o IPCA de abril; o de junho menor que o de maio; e em julho deverá ser menor que o de junho, e muito próximo de zero. Nós sabemos que a inflação no país tem um caráter sazonal. Nós agora estamos na faixa da baixa da inflação, assim como estivemos num momento de pressão inflacionária, fruto de algumas questões que não controlamos, em especial de um choque forte de ofertas que aconteceu no final do segundo semestre, aliás, na metade do segundo semestre para o final do segundo semestre do ano passado e que repercutiu fortemente neste ano de 2013. Nós temos certeza que vamos fechar o ano com a inflação dentro da meta.

Outra coisa é muito importante que se diga, e ela diz respeito à solvência do Estado brasileiro, que eu quero afirmar aos senhores que está garantida, principalmente num mundo em que nós vemos o que acontece na Europa e nos Estados Unidos, nós

podemos ter a certeza que o Brasil tem uma situação de solvência do Estado brasileiro, de robustez fiscal do Estado brasileiro.

Não é por menos que a dívida líquida do setor público em maio foi de 34,8[%] do PIB, índice menor que o do ano passado, e muito, mas muito mesmo, menor do que era há dez anos atrás, quando este Conselho se formou, que era, a dívida líquida sobre o PIB, em 2002, era de 60,4% do PIB, quase o dobro da situação atual. Isto foi conquistado ao longo desses últimos anos.

O déficit da Previdência está em torno de 1% do PIB, entre os menores patamares da década, e também um dos menores do mundo. As despesas do governo federal com o pessoal estão em 4,2% do PIB e também são as menores dos últimos 10 anos. As despesas do governo com o pagamento de juros estão em 4,6% do PIB e são hoje 40% menores que há dez anos atrás, quando este Conselho teve início.

Os números reais, analisados com isenção, mostram que é incorreto falar em descontrole da inflação ou... desculpem-me, que é incorreto falar de descontrole da inflação ou das despesas do governo. É desrespeito aos dados, à lógica para dizer, no mínimo. A informação parcial, da forma como muitas vezes é explorada, confunde a opinião pública e visa criar um ambiente de pessimismo que não interessa a nenhum de nós – governo, sociedade, empresários, trabalhadores –, que não é bom para o Brasil.

O barulho tem sido muito maior que o fato. Temos dificuldades, sim, mas temos também uma situação hoje que não se compara com nenhum momento do passado, tanto no que se refere à robustez fiscal quanto no que se refere também à capacidade do país de enfrentar problemas no front externo. São poucos os países do mundo que têm a quantidade de reservas acumuladas ao longo dos últimos dez anos, que permite que nós enfrentemos esse momento de ajuste conjuntural, em que uma política monetária expansionista passa a ser uma política monetária neutra por parte dos Estados Unidos ou até, no futuro, não se sabe se com maior ou menor contração, uma vez que tem 12 trilhões de dólares que foram expandidos, mas, sobretudo, os 85 bilhões de dólares que, sistematicamente, são comprados todos os meses.

Todos vocês aqui sabem perfeitamente do que eu estou falando, no que se refere a países que hoje possam, porventura, ter fragilidades na área externa, o que significa para eles enfrentar a turbulência das saídas de capital das bolsas e das aplicações em países, não só emergentes, como nos próprios países desenvolvidos. O Brasil, portanto, tem uma situação extremamente diferenciada hoje no que se refere ao momento em que este Conselho começou.

Eu acredito, senhoras e senhores, que a pauta desta reunião do CDES, ela tem uma proposta muito importante para nós, que é discutir as ações necessárias para enfrentar a nova realidade brasileira. E por nova realidade brasileira entende-se aqui também, entre outras coisas, o ambiente político criado pelas manifestações de junho. Desde o princípio eu busquei enfatizar que era necessário ouvir a voz das ruas, ouvir e interpretar. Ouvir e perceber que as vozes das ruas tinham um norte – e o norte da nossa voz era diferente do norte de muitas das vozes que se ouviu nas ruas nos últimos tempos no mundo. Aqui no Brasil a grande questão que as ruas colocaram era, e é, a questão de mais direitos sociais. Era a questão de mais valores públicos, éticos e de maior representatividade. É meu dever como governante desse país, que tem o mérito de ser um grande país

democrático, traduzir essas demandas e a energia dos manifestantes em ações práticas de governo. Isso significa que nós não podemos nem devemos ficar indiferentes, não podemos atribuir à voz das ruas aquela outra razão, mas ter a humildade de reconhecer que lutar por mais direitos é algo que só honra o nosso país.

Eu apresentei a todos os governos, a todos os prefeitos de capital, aos diferentes poderes – ao Congresso e a Supremo Tribunal Federal – aos movimentos sociais. Apresentei a todos aqueles com os quais eu venho conversando, estabelecendo diálogo, um conjunto de cinco pactos e vou apresentá-los aqui hoje aos senhores. Eu sei que nem todos eles têm um encaminhamento fácil, porque nós temos de enfrentar problemas históricos, antigos e complexos. Temos de enfrentar o curto, o médio e o longo prazo. Nós vamos e estamos trabalhando intensamente para implantar esses cinco pactos. E como é próprio da democracia, eles são aprimorados e enriquecidos com as contribuições de todos, em especial também deste Conselho. E hoje eu escutei algumas análises e sugestões muito importantes. Porque as análises aqui apresentadas, elas fazem parte da solução, ninguém consegue esboçar uma boa solução se não faz uma boa análise do problema. E aqui eu estou me referindo a várias. Queria destacar uma. Queria destacar a apresentada pela conselheira Nair, sobre a questão urbana, que eu achei muito adequada, principalmente a parte que diz respeito à questão das cidades médias.

Eu tenho absoluta segurança que esses cinco pactos são indispensáveis ao nosso país neste momento. Queria começar, primeiro, pelo pacto por estabilidade fiscal, que é a garantia de que nenhuma mudança a ser feita ameaçará degradar as contas do país. Esse pacto pela robustez, esse pacto pela estabilidade fiscal, pelo controle da inflação, ele limita qualquer tentação de populismo fiscal, qualquer tentação de populismo fiscal, e estabelece, com clareza, muito necessária em momentos de mudança e de transformação: o princípio de que só podemos gastar aquilo que temos para gastar, aquilo de que dispomos para gastar, aquilo que não compromete o equilíbrio fiscal e o controle da inflação.

O segundo pacto – e aí eu me refiro à fala da conselheira Nair – diz respeito a um pacto pela melhoria da vida urbana, um pacto pela busca de diretrizes para uma reforma urbana e para um planejamento urbano no nosso país. Desde o início do meu governo nós apoiamos os governos estaduais e municipais, na realização de vultosos investimentos no sistema de transporte coletivo. Até junho deste ano nós havíamos autorizado já 192 projetos de mobilidade urbana, na área de transporte de massa, em 100 cidades de médio e grande porte, com um investimento de R\$ 89 bilhões.

E eu anunciei, quando lancei o pacto, que o governo federal estaria disposto a colocar mais R\$ 50 bilhões para a obra de transporte coletivo nas cidades brasileiras. E isso porque nós, apesar de o governo federal pela Constituição, não ser o responsável por esses investimentos. Achamos imprescindível nos dirigir a essa questão, à questão urbana, que é extremamente grave em outros países do mundo também, em países ricos e desenvolvidos, mas, num país pobre como o nosso, entre parênteses pobre, porque não foi investido suficiente, nos últimos anos, nesta área. Nós somos pobres nesta área, e não foi investido, primeiro, por conta da crise da dívida e, segundo, porque não foi investido. Para vocês terem uma ideia, numa cidade com a população de São Paulo, houve um processo de discussão, no passado, em que se dizia que o Brasil não merecia ter metrô

porque metrô era coisa para país desenvolvido. Agora, como ter uma cidade com 20 milhões de habitantes sem transporte subterrâneo? Como é possível sem que isso leve a uma desarticulação integral da cidade?

País pobre de investimento na área da mobilidade urbana, e aí eu queria destacar dois fatores. Primeiro, todo processo de urbanização também contempla a questão levantada por este Conselho e considerada central: enfrenta a questão da desigualdade. O espaço urbano é um espaço extremamente desigual, e é interessante que ele é desigual por várias razões aqui elencadas exaustivamente pela conselheira Nair, mas também pelo fato de que hoje tem, no espaço urbano, uma igualdade fundamental: todos são impactados pelo trânsito, todos. Porque esse processo de alimentar a desigualdade e não dar soluções a ela acaba atingindo a toda a população, mesmo aqueles que têm uma renda maior, porque são impactados por um trânsito absurdo e infernal, como disse a Marilena Chauí, porque o trânsito na cidade é como a circulação do sangue nos nossos organismos.

Portanto, a questão urbana foi, sim... não foi uma questão menor que desencadeou as manifestações de junho, foi uma questão muito importante. Por isso nós fizemos esses investimentos e estamos dispostos a ajudar os estados e os municípios a fazer mais, e sabemos que muito terá de ser feito nessa área, em especial, nós temos condição de salvar as cidades médias, dessas que crescem de forma acelerada, essas cidades que ainda podem ter um processo de planejamento anterior ao caos, porque, agora, nas grandes cidades do país são necessários dois processos: um processo emergencial para conter o caos e um processo de planejamento para estruturar uma cidade de forma adequada.

Na semana passada, nós iniciamos o diálogo com os governadores para selecionar novos projetos. Ainda que não seja atribuição, nós fizemos isso. Nós estamos tão preocupados com a questão do transporte urbano, que no início deste ano... decidimos no ano passado, com repercussão este ano, a desoneração da folha das empresas de transporte e reduzimos o PIS/Cofins nas vésperas, um pouco antes das manifestações. Isso contribuiu para uma redução de 7,23% das tarifas, o que permitiu uma redução dos atritos por transporte de má qualidade, extremamente apertados, como sardinha, e com uma frequência não tão adequada em várias partes do nosso país.

Agora nós estamos convocando uma reunião ampla, uma reunião com todos aqueles, os prefeitos, os governadores, os movimentos sociais, a Frente Nacional de Prefeitos, o Fórum Nacional de Secretários de Transporte, setores da academia, prestadores de serviço de transporte, trabalhadores do setor, enfim, uma ampla reunião, e na pauta dessa reunião está a planilha de cálculo das tarifas. Nós lembraremos aos senhores que a maioria dos municípios usa hoje, em 2013, a metodologia desenvolvida pelo Geipot em 1984 e atualizada em [19]93, portanto, 20 anos atrás. Por isso esse pacto é uma das questões essenciais para o Brasil.

O terceiro pacto, o Pacto pela Educação, eu acredito que é um compromisso histórico. É terceiro não na ordem. É terceiro só porque eu não posso expressar de forma simultânea os cinco pactos. Mas o Pacto pela Educação é um compromisso histórico com o presente e o futuro do Brasil. Nós sabemos que essa bandeira de transformar a questão da educação num elemento central da política brasileira, e aí eu reporto outra vez à questão

da desigualdade, acho que foi muito feliz a frase “O fim da miséria é só um começo”. E eu queria dizer para vocês que não existe jeito de o Brasil virar uma nação desenvolvida se não for através da educação. Isso nós temos absoluta certeza, não existe, não há como em todas as áreas. Por isso eu defendi a bandeira, que é dos senhores também, a bandeira que até há pouco parecia que a gente não iria conseguir, que parecia impossível, que é o uso dos royalties, todos os royalties. E os royalties do pré-sal inclusive e, além disso, os recursos do fundo social, os rendimentos do fundo social para educação. E isso porque nós sabemos que a questão dos royalties do pré-sal, os royalties do pós-sal, os royalties do petróleo e os recursos do fundo social são recursos que são finitos e que, portanto, nós precisamos de usá-los de forma a beneficiar às gerações, a presente e a futura.

Daí porque essa proposta, ela surge muito forte nesse novo momento político. Porque esse novo momento político pode tornar realidade seguramente um dos maiores legados que o meu governo pode dar às futuras gerações. Eu, eu já disse aqui para vocês aqui do Conselho, nós temos certeza que não há desenvolvimento sustentável no Brasil, não há redução de custos, melhoria do nosso valor agregado, melhoria da nossa competitividade, dignidade para a nossa população, se nós não tivermos educação de qualidade – creches, alfabetização na idade certa, escola em tempo integral, acesso à educação, formação de cientistas, tecnólogos, inovação, cursos no exterior como no Ciência sem Fronteiras.

Tudo isso necessita de professores mais preparados e bem-remunerados, exige qualidade e mais investimento, exige mais custeio sim, porque pagamento de professor é custeio. E ninguém fará a transformação que esse país precisa sem investir em gastos com educação. Manutenção de escolas, laboratório de qualidade, investimento e custeio são uma parceria, uma parceria que nós não podemos abrir mão para resolver a questão da qualidade da educação. Nós temos, inclusive, de valorizar socialmente a profissão de professor. E só se valoriza socialmente, só se escolhe os melhores para ensinar àqueles que serão os maiores do futuro, só se faz isso pagando o professor de forma adequada. Não tem milagre nisso, e aí é preciso de recursos. Não ter populismo fiscal é dizer: sim, 10% do PIB para a Educação, mas vem daonde? Vem dos recursos dos royalties e do Fundo Social. E, além disso, temos que fazer um grande esforço para, junto a isso, contemplarmos também a Educação com maior... melhor, melhor gestão, maior eficiência e, cada vez mais, com uma integração também com os senhores pais, que trabalham e têm interesse direto nessa questão, que é a questão da melhor Educação que nós podemos dar para os brasileirinhos e para as brasileirinhas, e para os brasileiros e as brasileiras.

Quarto, é a questão da Saúde de qualidade. Eu não vou repetir aqui o que falou o ministro Mercadante e o ministro Padilha. Eu tenho certeza que os dois ministros mostraram que a questão do pacto pela Saúde pública, em todas as suas vertentes, é uma tarefa inadiável, e nós todos sabemos disso. E aí eu acho que o conselheiro que falou por último, o Clemente Lúcio, falou uma coisa muito importante: combater a desigualdade tem a ver com uma política de equanimidade. Não é possível que o Brasil tenha 700 municípios sem ter um médico, não é possível que mais de 1.500 municípios tenham menos de um médico.

Eu considero que não há essa “escolha de Sofia” entre infraestrutura e médicos. Um país como o nosso tem de ser capaz de enfrentar os dois desafios: infraestrutura e médico. Agora, nós todos sabemos que não basta ter um posto de saúde aberto se lá dentro não tiver um médico, todos nós sabemos disso também. E temos de fazer um esforço para transformar, melhorar e dar condições para os médicos brasileiros se formarem, se especializarem e serem cada vez mais efetivos. E daí a importância das propostas também apresentadas pelo ministro Mercadante.

Por fim, eu queria falar da reforma política. E queria dizer o seguinte: quando se trata de reforma política, eu acho fundamental que nós tenhamos como base da reforma política a consulta popular. Acho que consultar o povo... Nós temos, na nossa Constituição, uma previsão de consulta através de plebiscito, referendo ou de iniciativa, projetos de iniciativa popular. Essas três formas de consultas estão previstas na Constituição. Nós propusemos que houvesse uma consulta ao povo, baseado num plebiscito, no qual se exporia as condições e se abriria um debate. Para nós – para mim, para o meu governo – essa... e tenho recebido da sociedade, tenho recebido dos prefeitos, dos governadores, dos movimentos sociais, e tenho visto também nas pesquisas que essa questão da reforma política feita através de consulta popular, ela é imprescindível como uma resposta efetiva ao desejo profundo que emanou das manifestações, esse desejo por transformações.

Eu acho que a reforma política, ela é algo muito importante para o país. É algo muito importante para o país porque ela trata de valores que nós queremos ver implantados na vida pública brasileira e dos processos de representatividade. São temas que são essenciais para que, aliados à questão da melhoria da nossa política de controle de gasto, principalmente no que se refere à transparência através da lei que estabelece obrigatoriedade da transparência, mas também de todos os processos que não dão tréguas à corrupção, que exigem uma urgente participação da sociedade para que ela se faça ouvir. Por isso que nós consideramos muito importante o plebiscito, ou seja, a consulta popular e a reforma política a partir daí.

Melhorar a representatividade política, democratizar a atividade política, tornar a política mais transparente são respostas, talvez as respostas mais evidentes que nós podemos dar a esse momento por que passa o país. A gente viu o que era cobrado nas ruas, nos cartazes. Não era cobrado, diretamente, “faça um plebiscito” ou “faça uma consulta popular”, mas era uma variante disso. Era cobrada mais ética, mais democracia, mais oportunidade de ser ouvido, acho que, sobretudo, isso: oportunidade para ser ouvido. E isso tudo passa, eu acredito, por uma reforma política.

Por isso, senhoras e senhores, eu fico muito, muito feliz de estar aqui e de ter escutado tudo o que eu escutei e de ter visto como há uma sintonia grande entre as nossas preocupações e as que os senhores apresentaram.

Por último, eu queria fazer só uma pequena reflexão, e a pequena reflexão é a seguinte. Quando nós promovemos a ascensão social, e estamos hoje em vias de superar a pobreza extrema, nós sabíamos que isso era um começo, só, um começo para maiores exigências. Quando nós criamos um grande contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos, nós vimos surgir um cidadão com novas vontades, novos anseios, novos desejos, novas exigências, novas demandas.

Ninguém, neste último mês de várias manifestações, pediu a volta ao passado. Pediram, sim, o avanço para um futuro de mais direitos, mais democracia e mais conquistas sociais. Exigiram avanços. E tudo o que ocorreu floresceu justamente no meio de um processo de mudanças que estava em andamento no Brasil há uma década. Nessa década é que ocorreu a maior redução da desigualdade dos últimos 50 anos. Foi nessa década que nós criamos um sistema de proteção social que vai nos permitir praticamente superar a extrema pobreza. Nessa década nós criamos, num mundo que desemprega, quase 20 milhões de empregos com carteira assinada, o que nos colocou numa situação próxima do pleno emprego. Nessa década, onde os países se endividaram, onde o déficit público chegou a níveis extraordinários, muito acima do 100%, nós construímos o controle da inflação, nós construímos a robustez fiscal. Essa década e esse momento agora, que vê o desemprego se alastrar, nós chegamos próximos do pleno emprego. Nós fizemos, de fato, nesses 10 anos, o mais urgente e o mais necessário para o nosso momento histórico. Mas, mas, agora nós somos cobrados a fazer mais, e temos e devemos fazer mais.

Democracia, gente, gera desejo de mais democracia. Inclusão provoca cobrança de mais inclusão. Qualidade de vida desperta o anseio por mais qualidade de vida, e não menos, sempre mais. E é isso que nós temos de enfrentar. Para nós, todos os avanços conquistados, não só o fim da miséria, é só um começo, e sempre será só um começo. É isso que nos distingue, é isso o que transforma o ser humano numa ode à transformação e não à manutenção. Para nós, eu repito, todos os avanços conquistados são só um começo. E tem de ser para todos nós.

Nossa estratégia de desenvolvimento exige mais, tal como querem todos os brasileiros e as brasileiras. Sejam os brasileiros e brasileiras que participaram de todas as manifestações recentes, sejam os brasileiros e as brasileiras que não participaram. Todos eles querem mais. Tenho certeza que a redução continuada da desigualdade é algo que todos nós queremos mais, tenho certeza que esse Conselho tem essa concepção.

Desde o início do meu mandato, eu me impus o dever de criar um novo ambiente econômico imprescindível para o salto de que precisamos, sem o qual nós não avançaremos tanto quanto a nação cobra de nós. Aí também nós queremos mais. E esse momento é um momento para a gente ter certeza que o Brasil exige que a renda dos brasileiros continue em ascensão, que o trabalho dos brasileiros seja um trabalho cada vez com maior qualidade. O Brasil quer passos mais ousados, quer enfrentar seus novos desafios, quer se tornar capaz de atender às necessidades e aos desejos de todos os seus habitantes sem discriminações. Nós sabemos que para isso há que vencer preconceitos, há que enfrentar velhos interesses, há que enfrentar momentos só corporativos, há que enfrentar dogmas, há que incorporar todos os brasileiros nesse processo.

Mas nesse Conselho eu queria dizer, há que incorporar empresários e trabalhadores cada vez mais nesse processo. Firmar mais parcerias, buscar novas fontes de financiamento. Evoluir, evoluir em busca de um país muito mais justo. E isso não é algo que nós podemos optar fazer ou não. Eu queria encerrar dizendo para vocês: o Brasil exige isso de nós hoje e é isso que nós todos juntos temos de fazer. E eu agradeço a parceria desses dez últimos anos. Muito obrigada!

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração das estações Chico da Silva e José de Alencar da linha sul do metrô de Fortaleza
Fortaleza-CE, 18 de julho de 2013

Bom dia a todos. Acho que já é quase boa tarde, mas está ali no bom dia, ainda. Queria cumprimentar o governador do Ceará, o meu querido Cid Gomes, O vice-governador do Ceará, Domingos Filho,

O prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio,

Os ministros que me acompanham aqui, hoje: o ministro das Cidades, que é paraibano, Aguinaldo Ribeiro; o ministro Fernando Bezerra Coelho, que é pernambucano, da Integração; o ministro da Secretaria dos Portos, Leônidas Cristino; e a ministra Tereza Campello, porque hoje nós vamos numa grande formatura do Pronatec, às 2 e meia da tarde.

Queria cumprimentar os senadores Inácio Arruda e José Pimentel, Cumprimentar os deputados federais Antonio Balhmann, o deputado Chico Lopes, o deputado Edson Silva, a deputada Gorete Pereira, o deputado Ilário Marques, o deputado José Guimarães.

Cumprimentar o secretário estadual dos Recursos Hídricos, César Pinheiro, O diretor-presidente da Companhia de Trens Urbanos, Francisco Carlos Colombo, O diretor-presidente do Metrofor, Rômulo dos Santos,

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas.

Senhoras e senhores,

Esses dois eventos que nós participamos aqui, hoje, esse primeiro, que trata da mobilidade urbana, da construção da linha sul do metrô de Fortaleza, e também o outro evento, que é o do Cinturão das Águas, eles mostram muito bem qual é a política do governo federal, e como nós pretendemos atuar para viabilizar, tornar disponível, cada vez mais, direitos sociais para a população: primeiro, o direito ao transporte e, segundo, o sagrado direito às águas.

No caso da inauguração dessa estação Chico da Silva e José de Alencar, nós estamos numa cerimônia muito especial, não é só aqui, no Ceará, em Fortaleza, é no Brasil. Porque nós sabemos que o Brasil, na década de 80 para a década de 90, tinha de ter começado a fazer metrô. Por quê? Porque nós tivemos uma urbanização muito rápida, então era necessário que se fizesse metrôs, principalmente naquelas cidades com grande concentração urbana, que hoje algumas têm 20 milhões, outras têm 10 a 12 milhões, outras têm 9 milhões de habitantes.

Fazer metrô com essa grande concentração urbana é algo muito mais difícil. Por isso, naquela época a gente tinha de ter começado a fazer metrô. E a pergunta que vocês podem me fazer é a seguinte: “Mas vem cá, por que não começamos?” Naquele momento, uma das avaliações é que metrô era coisa de rico – vejam vocês bem: metrô era coisa de rico –, um país pobre como o Brasil não devia fazer metrô. Como se fosse possível um país em acelerada urbanização, concentrando cada vez mais a população em grandes centros urbanos, prescindisse de metrô. E aí, muitas vezes o metrô

começava e não concluía, muitas vezes se planejava e o metrô não aparecia. Por quê? Porque a prioridade não era essa, não era essa. E o Brasil também, naquele momento, passava por grandes dificuldades que, muitas vezes, se esquece. O Brasil, vira e mexe, quebrava, porque não tinha dinheiro para enfrentar crises econômicas. Bom, hoje nós estamos aqui, completando a linha sul do metrô de Fortaleza, esse metrô vai servir 350 mil pessoas todos os dias, 18 estações, 24 quilômetros de trilho. Por que nós estamos aqui? Porque nós temos uma parceria entre o governo federal e o governo do estado do Ceará. Esta parceria envolve várias coisas. Antes de qualquer coisa, ela envolve vontade política, a determinação e essa teimosia de fazer, sim, transporte coletivo urbano para a população brasileira. Por que tem de ser numa parceria? Porque tem de juntar os recursos do estado com os recursos do governo federal, para viabilizar essa parceria, e, também, para completar os modais, ou seja, colocar BRTs e outros equipamentos, é necessária a parceria com a prefeitura.

Mas a parceria entre o governo federal e o governo do estado, com base nessa determinação – e aí eu digo para vocês que, de fato, o governador Cid tem essa capacidade e essa determinação de insistir e fazer. Ele falou dos shields, não é? Estava lá o ministro Aguinaldo dizendo: “Já que o nosso querido Ariano Suassuna está aqui de noite fazendo uma aula-show, vamos traduzir o shield para “tatuzão”, que é mais facilmente compreendido por todos nós, porque a máquina entra que nem um tatu, ela cava e depois reveste”. Mas vocês vejam que aí, na vontade política está isso, a determinação de arranjar soluções, porque consegue fazer o metrô sem criar uma turbulência dentro das cidades.

Mas voltando para isso: essa parceria, também, ela envolve planejamento, envolve recursos. Nós vamos investir, e estamos investindo aqui, no Ceará, em parceria com o governo, em quatro composições de trens elétricos, construindo duas linhas de metrô, essa linha sul, que está pronta, e a linha leste, que começa, nós acreditamos – não é governador? –, até setembro. Está em construção um VLT, que é o de Parangaba-Mucuripe. Está em construção, também, três BRTs: Dedé Brasil, Alberto Craveiro e Paulino Rocha.

Eu queria lembrar que o VLT tem uma outra característica muito importante: ele é produzido aqui. Eu acho esse um fator a gente sublinhar várias vezes, sublinhemos várias vezes, porque mostra a capacidade aqui, do Ceará, de produzir VLT, para aqui, para o Ceará, e para todo o Brasil, o que mostra também que mobilidade urbana se faz dando importância à produção, à tecnologia gerada aqui e produzida aqui, no Brasil. Mas eu queria dizer para vocês que isso é extremamente importante. O censo de 2010 mostrou uma coisa importantíssima: mostrou que não só nós temos um grande crescimento urbano naquelas regiões, no Sudeste – já se sabia –, mas que há um imenso crescimento nas cidades médias, as cidades entre 200 mil e 2 a 3 milhões de habitantes. E acho que essas cidades, elas podem e devem ter um tratamento, agora e urgente, no sentido de assegurar que a gente tenha condições de fazer mais por elas do que em 1990 e em 1997 fizeram pelas cidades do Sudeste, que hoje são mais populosas. Nós temos de fazer por essas cidades também, pelas grandes cidades brasileiras. Mas podemos resolver de uma forma equilibrada e harmoniosa a questão da mobilidade urbana. E aí eu saúdo esse planejamento feito aqui, no Ceará. Porque esse planejamento não é feito nem

para um governador, nem para as empresas, ele tem de ser feito para as pessoas que moram aqui.

Ao longo desse tempo, eu tenho conversado muito sobre essa questão da mobilidade urbana. O que acontece nas cidades brasileiras? Por vários motivos, as populações mais pobres são expulsas para a periferia, e elas trabalham geralmente nos bairros mais centrais, ou em algumas regiões, por isso passam um tempo imenso das suas vidas para ir ao trabalho ou para estudar numa faculdade, num colégio, numa escola profissional, passam muito tempo, muito tempo mesmo, dentro de um ônibus, dentro de um transporte coletivo.

Quando se faz um projeto como este, o que nós estamos fazendo é dando condições e qualidade de trabalho, qualidade de trabalho, eu não estou falando só de transporte, qualidade de trabalho, porque a pessoa terá melhores condições para enfrentar um dia de trabalho e para, ao voltar, ter mais acesso ao seu lazer, ao seu descanso. Por isso, eu considero muito importante essa obra aqui. E por isso, desde o início do meu governo... Porque eu não sei se vocês sabem que o governo federal não investia em mobilidade urbana. No último período do governo Lula fez investimentos e agora no meu governo. Mas antes de nós, poucos investimentos foram feitos no Brasil na área de transporte coletivo. Por quê? Era convencionado, no Brasil, que o transporte coletivo era das prefeituras e do estado, e que o governo federal não tinha de pôr dinheiro. Nós não concordamos com isso, achamos que este é um problema dos brasileiros e, portanto, é um problema do governo federal também.

É por isso, é por isso que nós colocamos R\$ 89 bilhões para os programas de mobilidade urbana do Brasil, que estão em andamento em 192, aliás, com 192 obras e 100 municípios, 100 cidades de médio e grande porte. Esses R\$ 89 bilhões, eles têm por objetivo fazer metrô, VLTs, os BRTs e os corredores de ônibus. E isso, para nós, é um elemento fundamental porque, além do valor da passagem, um instrumento fundamental de melhorar a qualidade do transporte, e não só aqueles que usam o transporte urbano, o transporte coletivo urbano, mas todos os que trafegam numa cidade, é melhorar as condições de transporte. E aí, se não tiver transporte subterrâneo, através do metrô, ou elevado, através do metrô, ou se não fizer arranjos que permitam a integração de modais, não há solução para o problema nem do trânsito, nem da qualidade de vida da população brasileira.

Assim, nós estamos fazendo uma nova seleção. Nos cinco pactos que nós acertamos com os governadores e os prefeitos, colocamos o pacto pela mobilidade urbana, e nesse pacto estamos colocando R\$ 50 bilhões. Já tivemos uma primeira reunião com o governador Cid e com o nosso prefeito, aqui presente... Eu sei Roberto Cláudio, eu sei como é que você chama, ele se apresentou agora para mim. Eu já encontrei ele pelo menos umas dez vezes, por aí.

Bom, o Roberto Cláudio e o Cid estiveram lá no Ministério da ministra Miriam e levantaram várias possibilidades, elas estão sendo analisadas, mas nós temos certeza de uma delas. E eu até aproveito e aviso aqui, para vocês – aliás, é uma proposta sua: que é essa linha que liga esta estação de Chico da Silva à Caucaia, a Chico da Silva à Caucaia, que é a Linha Oeste. As outras nós estamos, inclusive, analisando, e achamos que isso

muda, de fato – o governador tem toda razão – muda completamente o cenário do transporte urbano.

E o que é bom nisso? É provar que é possível. O que o governador Cid Gomes está fazendo e transformando aqui, Fortaleza, numa espécie de vitrine? É mostrar que é possível ter uma rede de transporte integrado, integrada também com a maior cidade, depois de Fortaleza, que é Caucaia, onde nós estamos fazendo, também, várias obras de mobilidade, e mostrar que isso tem de ser feito, deve ser feito, que os dirigentes dos outros municípios médios podem fazê-lo de forma rápida e eficiente. Eu queria falar para vocês também sobre essa questão do Cinturão das Águas. Eu... E hoje foi assinada aqui uma ordem de serviço que dá início ao Cinturão das Águas. Esse início dessa obra, ela faz parte de um conjunto também de investimentos que nós viemos fazendo, em parceria com o governo do estado do Ceará. Hoje nós estamos aqui, completando um trecho importante.

O ministro disse, o meu ministro Fernando disse o seguinte: as águas vão rolar. As águas, de fato, vão rolar, aqui no Ceará e em todo o Nordeste. E aqui eu queria destacar que também há uma grande capacidade de planejamento nessa proposição desse Cinturão das Águas, que tem por objetivo envolver todo o Ceará e dar segurança hídrica para todos os moradores aqui deste estado.

Dar segurança hídrica para os moradores é um dos grandes desafios que todos aqueles que se interessam e que amam o Nordeste têm obrigação de fazer, que é a segurança hídrica, talvez a mais importante segurança que se tenha em relação à vida. Porque água é vida. Dar acesso à água é dar condições para a vida florescer, para a vida florescer não só porque nós bebemos, mas para a vida florescer porque em todas as atividades do ser humano é necessário água, não é só nas atividades de dessedentação humana e animal, mas é também nas atividades produtivas. É necessário para a produção de alimentos, é necessário para atividades industriais, é importante a questão da segurança hídrica. Resolver a questão da segurança hídrica também requer vontade política. E eu tenho certeza que a integração do São Francisco, ali em Jati, com o Cinturão das Águas, vai mudar a qualidade da segurança hídrica aqui no estado.

Para nós que queremos que aqui no Nordeste se conviva com a seca, principalmente na região do semiárido, e conviver com a seca significa ser capaz de impedir que os efeitos perversos dela atuem sobre a sua atividade produtiva e sobre a vida de cada um dos nordestinos que vivem no semiárido.

Eu fico feliz quando eu escuto que a garantia de segurança hídrica de todo o povo de Fortaleza tem a contribuição do governo federal. É uma honra e dignifica o fato de eu ser presidenta da República. É algo que valoriza, para mim, a minha atividade. Mas eu acredito que tem uma grande conquista nesse projeto do Cinturão das Águas: é olhar no horizonte e saber que até 2042 o Ceará tem segurança hídrica. Ou seja, nós estamos plantando para nós mesmos e plantando para o futuro deste estado. Isso também é um grande exemplo da capacidade de planejamento e execução. O Brasil precisa, cada vez mais, de gente capaz de planejar, de executar e de fazer.

Se a gente for olhar essas manifestações de junho, nós vamos ver que elas foram feitas por quê? Por que elas foram feitas? Por causa do seguinte: uma característica do ser humano nos distingue e nos transforma em capazes de fazer, de sair da idade do bronze

e colocar um voo na lua. Qual é essa característica? É querer mais, é cada vez querer mais, como aquele pessoal que você tentava e tentava. Pode tentar o que for porque mais... Aliás, democracia exige sempre mais democracia. Direitos sociais conquistados vão também ensinar mais direitos sociais a serem conquistados. Tudo que nós formos capazes de conquistar vai abrir o caminho para a gente querer sempre mais. É isso que distingue a capacidade que nós temos, de entender e, mais do que entender, nós temos de canalizar e resolver.

Por isso, eu fico muito feliz. E um único número, para mim, dá a dimensão da importância dessa obra do Cinturão das Águas: ela vai atender 95% da demanda por abastecimento humano, industrial e turístico e, repito, até 2040. Esse número é um número extraordinário. Os 5% restantes, nós faremos por onde também, porque o nosso objetivo é assegurar que haja uma solução estruturante para a questão da segurança hídrica no semiárido, assim como nós ousamos fazer um ato muito importante, que é o do Plano Safra do Semiárido.

Vocês vejam que ironia com o passado. Nós estamos dizendo o seguinte: queremos fazer e construir as condições para uma safra efetiva, produtiva, eficiente, no semiárido. Ao invés de tratar o semiárido como algo que nós precisamos de passar remédio, não, nós sabemos que é possível construir as condições para que o semiárido produza, as condições para a sua própria segurança produtiva e pode muito bem dar um exemplo também para o Brasil.

O nordestino, já dizia um grande escritor brasileiro, é, antes de tudo, um forte. O cearense é, antes de tudo, um forte. O brasileiro é, antes de tudo, um forte. E nós sabemos que se tem países que vencem o inverno mais rigoroso, porque a cada ano ele se repete e mata tudo e todos, não tem alimentação, não tem produção, mas eles têm formas de conservar a produção. Nós ainda não precisamos, não precisamos garantir que toda a produção seja armazenada, nós temos condição que, mesmo na maior seca, se tivermos segurança hídrica, conseguiremos plantar. E é isso que eu digo para vocês hoje: nós vamos e nós podemos.

Esses dois atos são muito importantes, porque eles são uma prova de que juntos todos nós, nós podemos transformar para melhor as condições de vida da população brasileira. Principalmente porque também estamos aqui, hoje, numa estação especial. Aqui, eu estou na José de Alencar.

E aí a gente tem de terminar fazendo uma saudação a esse que foi um grande artista, um grande escritor, um grande romancista, um dos maiores romancistas que tratou sobre a questão da relação entre os povos indígenas – e aqui nós homenageamos os nossos representantes dos povos indígenas – e a população, uma parte da população que cria este país. E eu queria dizer para vocês que isso é importante, pelo seguinte: porque este país tem de ser capaz também de dar valor e homenagear àqueles que fizeram muito por ele. E um romancista faz muito pelo Brasil, um artista faz muito pelo Brasil. E eu não podia deixar de lembrar que eu vim de uma outra estação, a Chico da Silva, que representa outro artista cearense.

Então, eu queria cumprimentar também o governador, pelo fato de ele ter dado nomes tão precisos e corretos para estações do metrô. Eles, além de trazer para nós o alimento da alma, permitem que a gente tenha uma vida melhor.

Muito obrigada. Espero que tudo aqui saia pelo melhor.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura de 2.400 alunos do Pronatec/BSM Fortaleza-CE, 18 de julho de 2013

Eu quero aqui, hoje, dirigir um cumprimento especial a todas as formandas, a todos os formandos do Programa Pronatec Brasil sem Miséria.

Esse, para mim, é um momento muito especial, mas, antes de falar com vocês, eu vou cumprimentar, aqui, o governador Cid Gomes; o prefeito Roberto Cláudio. Os ministros de Estado que hoje me acompanham: a Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Fernando Bezerra, da Integração Nacional; o Aguinaldo Ribeiro, das Cidades; o Leônidas Cristino, cearense, como vocês, do Ministério de Portos.

Eu queria dizer que hoje de manhã nós estivemos, junto com o governador Cid Gomes e o ministro Fernando Bezerra e o Aguinaldo Ribeiro, ali no metrô, inaugurando a linha sul, que vai... nós andamos entre as estações José de Alencar e Chico da Silva. É muito importante esse metrô para a cidade de Fortaleza. Então, eu tive muito prazer de estar lá com eles hoje.

Também estivemos, com o governador Cid Gomes e o Fernando Bezerra Coelho – e por isso que passaram esse vídeo para vocês, é o vídeo do Cinturão das Águas, que traz segurança hídrica, água é vida, então traz segurança hídrica para o estado do Ceará.

Mas hoje eu estou aqui, junto com os senadores, também, Inácio Arruda, José Pimentel; os deputados federais Chico Lopes, Eudes Xavier, Ilário Marques; o senador [deputado] José Guimarães; com todos os secretários, vice-prefeito de Fortaleza, presidente da Câmara dos Vereadores.

E eu queria saudar aqui o Senai, na pessoa do Roberto Ferreira; o Senac, na pessoa da Ana Cláudia Alencar; e o Senat, na pessoa do Dimas Barreira.

Queria também dirigir um cumprimento especial àqueles que falaram em nome dos formandos: o André Araújo Guerra, que falou em nome dos formandos; a Lara Maria de Souza, que proferiu o juramento; a Maria Mendonça Silva, Antônia Jaques da Silva e o Gladson Alves de Araújo, que tiveram as carteiras assinadas.

Queria cumprimentar também e dirigir uma homenagem especial aos professores que ministraram o curso. Um aplauso nosso para eles. Eles deram o melhor da sua dedicação para a formação de vocês.

Queria cumprimentar também os senhores e as senhoras jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas.

Olha, gente, formaturas são momentos muito especiais na vida de uma pessoa. Elas sempre representam a celebração de uma conquista, de uma vitória e de um início de vida. O governador Cid Gomes falou sobre a importância que o presidente Lula dava para a sua formação no Senai. E ele disse que ele teve dois diplomas na vida: um foi do Senai e o outro o diploma de presidente.

Os diplomas, eles valem porque eles representam um esforço de cada pessoa, um esforço e um reconhecimento de que esse esforço, esse esforço adquiriu um valor que você carrega pela vida inteira. É, talvez, a maior riqueza que alguém carrega, porque você

carrega só levando o corpo, mais nada. E você carrega algo que você conquistou, algo que implicou em um maior conhecimento.

Por isso, eu, primeiro, quero dizer aqui: hoje é um momento de festa. Nós comemoramos aqui a vitória de cada uma e de cada um. Por isso, primeiro eu quero dizer: parabéns para vocês.

A segunda coisa que eu queria dizer e que me emociona muito, é saber que, aqui, 71% das pessoas presentes são mulheres. E que 64% tem entre 16 e 29 anos. Por que eu falo nesses dois dados? Eu acho muito importante, também, que os homens se formem, mas, na história recente do Brasil é muito mais difícil você ver uma turma de formação profissional tão completada, tão cheia de mulheres, e isso é muito para o Brasil. O Brasil precisa de cada um dos brasileiros e das brasileiras, e precisa das mulheres. Precisa que as mulheres tenham condições de cuidar dos seus filhos, de cuidar, de uma forma muito expressiva, da sua família, mas também o Brasil precisa que as mulheres tenham uma profissão. Nós precisamos de cada uma das mulheres. Por isso, essa é, sem dúvida, o segundo motivo. Esse é o segundo motivo que nós devemos celebrar: o fato de serem mulheres que estão formando aqui hoje.

O terceiro motivo é que esse é um passo muito importante. É um passo muito importante e eu tenho certeza que é um dos primeiros passos porque vocês são jovens, e vocês deram o primeiro passo para se formar profissionalmente e, a partir de agora, vocês têm de estar atentos porque isso não acabou, não. A formatura é só o início. Portanto, vocês vão poder dar outros passos daqui para frente.

Hoje, com esta formatura, crescem as chances de uma mudança de vida, de conseguir um melhor emprego e até de abrir um pequeno negócio. Existem oportunidades para todo mundo, e eu queria dizer que este Brasil é muito grande e vai precisar cada vez mais de trabalhadores e trabalhadoras, empreendedores e empreendedoras. Por isso, há um horizonte de oportunidades que quem se empenhar, estudar e trabalhar, vai ter sucesso.

Hoje, por isso, é um dia de comemoração. Os mais de três mil formandos do Programa Brasil sem Miséria vêm de vários lugares do Ceará. Vêm de Fortaleza... eu queria saber quem é de Fortaleza porque agora eu vou falar todas as cidades. Vêm de Aquiraz; vêm de Cascavel; Caucaia, lá no fundo; Eusébio; Horizonte. Acho que vocês não estão se formando, não. Maracanaú, Maranguape, Pacajus, São Gonçalo do Amarante, e todos eles juntos têm de comemorar essa conquista. Então um aplauso para todos.

Os formandos de hoje, como a ministra Tereza disse, fazem parte de um conjunto de 34 mil cearenses que vêm cursando o Pronatec do Brasil sem Miséria em 61 municípios, e isso para nós é muito importante. Por que é importante? Porque nós queremos, cada vez mais, qualificar o trabalho dos brasileiros e das brasileiras. Se perguntarem para vocês: por que a gente quer um trabalho mais qualificado? Porque um país só se desenvolve quando os seus trabalhadores são capazes de um trabalho qualificado. O que é um trabalho qualificado? Aquele de um especialista, que aprendeu a fazer uma coisa da forma melhor possível. E isso significa que você aumenta o valor do produto que você faz ou do serviço que você presta, mas também vai significar sempre um salário maior.

E aí nós recorremos ao Sistema S, porque isso é uma parceria com o governo do estado, com as prefeituras, o governador Cid Gomes e os prefeitos, e com cada um dos serviços do Sistema S: o Senai, o Senat e o Senac. Além disso, uma coisa que é muito importante:

todo mundo reconhece a qualidade dos cursos do Sistema S, e assim os empresários também valorizam esses cursos, sabem que as pessoas que o fazem saem melhor formadas, o que também é muito importante para abrir as portas do mercado de trabalho. Para mim, para o governo federal e, eu tenho certeza, para o governo do estado, para as prefeituras e para o Senai, o que nós queremos, a nossa grande preocupação é que o esforço de vocês resulte em melhoria da vida de vocês, melhoria do trabalho que vocês vão ter acesso. A conquista do emprego é, portanto, um dos maiores objetivos nossos aqui.

E aí eu quero dizer para vocês que tem histórias fantásticas que me contaram sobre alguns de vocês. E eu queria compartilhar essas histórias que evidenciam como a vida pode melhorar. Eu falo de uma história como essa da dona Antônia Jaques da Silva, uma das formandas de hoje, que esteve aqui. A Antônia está acostumada a trabalhar desde os 19 anos e estava desempregada. Agora, graças ao Pronatec, ela aprendeu a profissão de frentista e vai voltar a ter a sua carteira de trabalho assinada. Com o emprego, vem segurança para ela e para seus filhos.

Outra história muito comovente e interessante é a do Mardônio da Silva Souza. O Mardônio tem 23 anos e, que eu saiba, está aqui presente. Está ali o Mardônio. Ele tem 23 anos, como eu dizia, e eu achei muito interessante porque ele disse que não acreditava no curso, achava que um curso gratuito, que oferecia lanche e transporte era enganação. Não podia ser um curso de verdade, só podia ser enganação. Mesmo assim, ele resolveu tentar, fez o curso, um curso no Senai de mecânico de máquina de costura, e aí ele percebeu, ficou motivado. Por que é que ele ficou motivado? Porque ele percebeu que o curso era muito bom, os professores muito empenhados e de qualidade e que, portanto, era um ótimo curso do Senai. E antes mesmo dele formar, ele já conseguiu um emprego e hoje ele está se formando. Mas ele conseguiu um emprego, e esse emprego deriva do esforço dele e também do fato de que nós sabemos que todo mundo sabe como é bom um curso do Sistema S.

Qual é o nosso objetivo? É multiplicar essas histórias, histórias bem-sucedidas como da dona Antônia e do Mardônio. Eu tenho certeza que, se depender de cada um de vocês aqui, cada beneficiário do Brasil sem Miséria, não vai faltar dedicação, não vai faltar esforço para transformar a oportunidade de fazer um bom curso na oportunidade de mudar de vida e conseguir um bom emprego. Nós todos aqui acreditamos em vocês, mas, sobretudo, é importante que cada uma aqui presente e cada um acredite em si mesmo. É isso que faz a diferença.

Eu queria dizer para vocês que desde junho de 2011 nós lançamos esse programa chamado Brasil sem Miséria. É um programa de transferência de renda, é um programa de formação profissional para inclusão no mercado de trabalho, e é um programa de garantir, a essa população do Bolsa Família, do Cadastro Único, acesso a serviços.

Nós focamos nos beneficiários do Bolsa Família... Por quê? Porque esse é o compromisso de um governo que tem responsabilidade com aquela parte da população brasileira que durante muitos anos foi excluída e que, agora, tem de ser o centro das atenções de qualquer governo que queira ser um governo comprometido com o povo brasileiro.

E por isso nós temos dado vários passos nessa questão do Bolsa Família. O primeiro passo fundamental foi na questão da renda, isso que o Cid Gomes, o nosso governador, se referiu aqui, quando nós passamos a garantir para cada uma das pessoas que integram uma família cadastrada no Bolsa Família o direito a receber, no mínimo, R\$ 70,00. Nós, com isso, alcançamos um limite, que é o limite de sair da pobreza extrema ou da miséria.

Mas aí nós mesmos dissemos: sair da extrema pobreza é só o começo, é só o primeiro passo. O Bolsa Família, eu quero dizer primeiro aqui, vai continuar sendo pago, enquanto houver uma brasileira ou um brasileiro que precise dele. Esse é o compromisso do meu governo, foi o compromisso do governo do presidente Lula. Somente quem não conhece o Bolsa Família é capaz de criticar o Bolsa Família.

Eu costumo dizer que quando a gente fala que o fim da miséria ou da pobreza extrema é só um começo, é porque nós sabemos que tem dois caminhos para mudar a vida, definitivamente, desses milhões de brasileiros que hoje vivem melhor porque recebem o Bolsa Família, só tem dois caminhos, não tem três caminhos, tem dois caminhos. No caso das crianças e dos jovens, o caminho é o acesso à educação, é o acesso à educação, à mais educação e à educação.

O acesso à educação para as crianças e para os jovens significa acesso à creche, alfabetização na idade certa e, aliás, o estado do Ceará, no governo do nosso Cid Gomes, é exemplar nessa questão da alfabetização na idade certa. Ela é essencial para milhões de brasileiros, brasileirinhos e brasileirinhas. Por quê? Porque significa que eles têm de, até uma certa idade, por exemplo, até 8 anos, que eles saibam ler, fazer as operações básicas de aritmética, interpretar um texto e serem capazes, portanto... tem gente que fala que é menos, que são seis anos; varia de seis, sete, no limite de oito anos. Além disso, nenhum país ficou desenvolvido se não deu escola em tempo integral para as crianças e jovens, mais acesso à universidade, sobretudo, mais acesso a cursos profissionalizantes. Esses fatores que garantem que as famílias que têm crianças e jovens precisam de educação é um dos caminhos para sair, definitivamente, de uma situação de pobreza extrema.

O segundo caminho é o emprego dos adultos, é o caminho dos adultos, e aí, mesmo o emprego, que é o caminho dos adultos, daqueles que têm condições de entrar no mercado de trabalho, porque o jovem tem de estudar, é conseguir duas coisas: ter um emprego e ter uma formação profissional, porque a formação profissional permite que o emprego melhore e esse é, sem dúvida nenhuma, o outro caminho.

Por isso, que no Brasil sem Miséria nós juntamos Bolsa Família com formação profissional. Juntamos também Bolsa Família com creche. Inclusive, em todas as prefeituras do Brasil, onde têm crianças do Bolsa Família, o governo federal paga 50% a mais para garantir que na creche a gente ataque a raiz da desigualdade, que é uma oportunidade diferente para as crianças pequenininhas. É assegurar que elas tenham o que há de melhor em educação desde pequenas.

Eu queria dizer, meus amigos e minhas amigas, queridos formandos, eu tenho certeza na capacidade de vocês e vocês demonstraram essa capacidade ao se formar. Vocês aproveitaram, com garra, com determinação essa oportunidade, e vocês, sem dúvida nenhuma, vão construir uma nova etapa na vida de vocês.

Por isso, eu só tenho uma palavra de cumprimento e um desejo. O desejo é muito trabalho e boa sorte, e o cumprimento é parabéns para cada um de vocês, aqui, formandos.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia oficial de chegada de Sua Santidade o Papa Francisco
Rio de Janeiro-RJ, 22 de julho de 2013**

Sua Santidade Papa Francisco,
Senhoras e senhores,

Com grande alegria, Papa Francisco, dou-lhe as boas-vindas ao Rio de Janeiro e ao Brasil. É uma honra para o povo brasileiro recebê-lo. Honra redobrada, em se tratando do primeiro Papa latino-americano.

Sua Santidade,

O Brasil e seus mais de 50 milhões de jovens acolhem, de braços abertos, os peregrinos de dezenas de países que vieram para esta grande celebração que é a Jornada Mundial da Juventude.

Saúdo, em particular, o governo do estado do Rio de Janeiro, a prefeitura do Rio de Janeiro e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, a quem agradeço os esforços dedicados que tornaram possível esse grande evento.

A presença de Sua Santidade no Brasil nos oferece a oportunidade de renovar o diálogo com a Santa Sé em prol de valores que compartilhamos: a justiça social, a solidariedade, os direitos humanos e a paz entre as nações. Conhecemos o compromisso de Sua Santidade com esses valores. Por seu sacerdócio entre os mais pobres, que se reflete até mesmo no próprio nome escolhido como Papa, uma homenagem a São Francisco de Assis, sabemos que temos, diante de nós, um líder religioso sensível aos anseios de nossos povos por justiça social, por oportunidade para todos e dignidade cidadã.

Lutamos contra um inimigo comum: a desigualdade, em todas as suas formas. Essa convergência orienta o diálogo do Estado brasileiro com todas as religiões, um diálogo marcado pelo respeito à liberdade de crenças e de culto e pela convivência com a diferença. Não poderia ser distinto em um país que acolheu e acolhe todas as culturas e todas as religiões.

Em seu discurso de 16 de maio, Vossa Santidade manifestou preocupação com as desigualdades agravadas pela crise financeira e o papel nocivo das ideologias que defendem o enfraquecimento do Estado, reduzindo sua capacidade de prover serviços públicos de qualidade para todos. Manifestou sua preocupação com a globalização da indiferença, que deixa as pessoas insensíveis ao sofrimento do próximo.

Compartilhamos e nos juntamos a essa posição. Estratégias de superação da crise econômica, centradas só na austeridade, sem a devida atenção aos enormes custos sociais que ela acarreta, golpeiam os mais pobres e os jovens, que são pelo mundo afora as principais vítimas do desemprego. Geram xenofobia, violência e desrespeito pelo outro. O Brasil muito se orgulha de ter alcançado extraordinários resultados nos últimos dez anos na redução da pobreza, na superação da miséria e na garantia da segurança alimentar à nossa população.

Fizemos muito, e sabemos que ainda há muito o que ser feito. Nesse processo, temos contado com a profícua parceria com a Igreja. As pastorais católicas, por exemplo, tem sido importantes parceiras do governo brasileiro na atenção aos segmentos mais vulneráveis de nossa população, como também na promoção da defesa dos direitos das nossas crianças e adolescentes, na defesa dos direitos das pessoas que vivem nas ruas, na garantia da dignidade dos direitos nos presídios.

Temos buscado apoiar a disseminação das experiências brasileiras em outros países. Agora mesmo, estamos engajados no apoio à adoção de tecnologias sociais para melhorar a capacidade produtiva entre pequenos agricultores na África, e para criar canais de comercialização que lhes permitam obter resultados econômicos mais justos e adequados, inclusive por meio do fornecimento de alimentação escolar. Apoiamos também a difusão de programas de transferência de renda, do tipo do Bolsa Família, em vários países da África e da América Latina.

Acreditamos que o apoio da Igreja, apoiando esses processos, pode transformar iniciativas ainda pontuais em iniciativas globais, em iniciativas efetivas para garantir a segurança alimentar e combater a pobreza e a fome no mundo. Sabemos que a fome e a sede de justiça têm pressa.

A crise econômica que desemprega e retira oportunidade de milhões pelo mundo afora nos obriga a um novo senso de urgência para combater a desigualdade. A participação de Vossa Santidade, um homem que veio do povo latino-americano, que veio da nossa irmã vizinha Argentina, agregaria mais condições para criar uma ampla aliança global de combate à fome e à pobreza, uma aliança de solidariedade, uma aliança de cooperação e humanitarismo, disseminando as boas experiências, entre outras, aquelas obtidas aqui no Brasil.

Santidade,

Nós, brasileiros, somos mulheres e homens de fé. A fé é parte indelével do espírito brasileiro. Falo da fé religiosa e falo também da crença que cada um de nós, brasileiras e brasileiros, temos quanto a nossa capacidade de melhorar nossa vida, a crença que o amanhã pode ser melhor que hoje. Essa crença que nós mesmos e em nós mesmos e no outro é um dos traços marcantes do povo do meu país.

Sabemos que podemos encarar novos desafios e tornar nossa realidade cada vez melhor. Esse foi o sentimento que moveu, por exemplo, nas últimas semanas, centenas de milhares de jovens a irem às ruas. Democracia, como sabe Vossa Santidade, gera desejo de mais democracia, e inclusão social provoca cobrança de mais inclusão social, qualidade de vida desperta anseio por mais qualidade de vida.

Para nós, todos os avanços que nós conquistamos são só um começo. Nossa estratégia de desenvolvimento sempre vai exigir mais, tal como querem todos os brasileiros e todas as brasileiras. Exigem de nós aceleração e aprofundamento das mudanças que iniciamos há dez anos.

A juventude brasileira tem sido protagonista nesse processo e clama por mais direitos sociais: mais educação, melhor saúde, mobilidade urbana, segurança, qualidade de vida na cidade e no campo, o respeito ao meio ambiente. Os jovens exigem respeito, ética e transparência. Querem que a política atenda aos seus interesses, aos interesses da

população e não seja território dos privilégios e das regalias. Desejam participar da construção de soluções para os problemas que os afetam.

Os jovens querem viver plenamente. Estão cansados da violência que muitas vezes os tornam as principais vítimas. Querem dar um basta a toda forma de discriminação e ver valorizadas sua diversidade, suas expressões culturais. Tal como em várias partes do mundo, a juventude brasileira está engajada na luta legítima por uma nova sociedade.

E esse é um momento muito especial para realização dessa Jornada Mundial da Juventude. Potencializa o que os jovens têm de mais valioso e revigorante, e isso nós estamos vendo aqui nas ruas do Rio de Janeiro: a alegria, o otimismo, a fraternidade, a coragem e valores cristãos.

É oportunidade para discutir e buscar todos os novos valores para renovar as esperanças por um mundo melhor. Estou certa que essa celebração da juventude durará muito mais que os seis dias da programação oficial e perdurará no coração de todos os que dela participarem.

Seja bem-vindo ao Brasil, Papa Francisco. Sejam bem-vindos jovens de todo o mundo. Sintam-se em casa nesta cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro e em todo o Brasil, e levem daqui como melhor lembrança o carinho do nosso povo. Muito obrigada!

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana, Drenagem e Recuperação de Mananciais
São Paulo-SP, 31 de julho de 2013**

Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o nosso prefeito Fernando Haddad, prefeito dessa cidade maior do Brasil, São Paulo, e a primeira-dama, Ana Estela Haddad.

Cumprimentar também a vice-prefeita Nádia Campeão, que muito orgulha as mulheres deste país pela sua capacidade e competência.

Cumprimentar o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. O senador Eduardo Suplicy.

Cumprimentar aqui o representante do governador, Julio *Semeghini*.

Cumprimentar os deputados federais Carlos *Zarattini* e Vanderlei Siraque.

Cumprimentar o vereador José Américo, presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Cumprimentar o secretário municipal de governo, em nome de quem cumprimento todos os demais secretários, o secretário Antônio Donato Madormo.

Cumprimentar... uma saudação especial para os senhores conselheiros e as senhoras conselheiras do Conselho da cidade, e ao líderes comunitários de Paraisópolis.

Cumprimentar o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vagner Freitas.

Cumprimentar o presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah.

Cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Senhoras e senhores,

Talvez, junto com as redes sociais, uma das coisas e dos fenômenos mais importantes que vai caracterizar o século XXI é o surgimento de megacidades. E nós estamos aqui em uma megacidade, São Paulo é uma megacidade. Outras megacidades se espalharão pelo mundo, e já se espalham pelo mundo. A China tem megacidades, algumas cidades em

alguns países ocidentais também são megacidades. Mas, uma megacidade é um desafio. É um desafio porque na história humana nós nunca tivemos uma tamanha concentração populacional num determinado espaço. Como muito bem disse o nosso prefeito Fernando Haddad, é um espaço de uma cidade média, porém, densamente povoada.

São Paulo é, sem dúvida nenhuma, uma das megacidades, talvez a megacidade mais significativa, importante e desafiadora dessa parte do hemisfério. É uma cidade grandiosa. É grandiosa no tamanho da população, na capacidade de produzir riqueza, mas é também grandiosa na diversidade dos problemas que coloca. É grandiosa pelo fato de aqui se agregam expressões culturais diversas, se agregam fenômenos diversos, e também ela é grandiosa pela capacidade de trabalho e pelo empreendedorismo da população. Sem sombra de dúvida ela é recortada por desigualdades, e por isso, os desafios que São Paulo impõe àqueles que governam essa cidade também são extraordinários.

Eu vim aqui hoje, como disse o ministro das Cidades - e aqui a gente tem a mania de repetir, ele fala e eu torno a repetir – eu vim anunciar mais uma contribuição do governo federal ao enfrentamento desses grandes problemas. Hoje nós estamos anunciando R\$ 8 bilhões. R\$ 8 bilhões, na verdade, divididos em três áreas: na área de mobilidade urbana serão R\$ 3 bilhões; na área de drenagem, R\$ 1,4 bilhões; na área de recuperação de mananciais ou das águas que abastecem a cidade de São Paulo, basicamente dos mananciais de Billings e Guarapiranga, em torno de R\$ 2,2 bilhões.

E, para que essas obras possam ser feitas sem que a população sofra as consequências, percam suas moradias, nós estamos colocando R\$ 1,5 bilhão em moradias do Minha Casa, Minha Vida para 20 mil famílias. Esse cuidado é essencial. Eu considero que viabilizar moradias dignas e de qualidade para a população é um elemento que distingue obras sustentáveis de obras não sustentáveis. E fazem com que nós tenhamos certeza que fazendo essas obras, estaremos contribuindo para que haja uma efetiva melhoria nas condições de vida da população.

Nós, nas obras de mobilidade, iremos fazer 99 quilômetros de corredores de ônibus na cidade – 99 quilômetros de corredores. A informação que eu tenho, eu não sei se ela é correta, é que hoje tem em torno de 160 quilômetros de corredores... 126? São muitos significativos os 99 quilômetros. E acredito que esses corredores vão permitir uma intervenção em zonas essenciais. Na Zona Leste – eu já morei na Radial Leste, então eu sempre cito a Radial Leste, até porque é muito significativo o volume de recursos para a Radial Leste – na região da avenida Berrini, no complexo de M'Boi Mirim, na região da avenida Belmira Marin.

E também em mais duas outras áreas que são áreas também muito importantes. A primeira delas é a recuperação da represa dos mananciais da represa Billings e da represa de Guarapiranga. Eu lembro que no PAC 1, o central das obras aqui na cidade de São Paulo era também uma parte na represa Billings e Guarapiranga, outra parte em Paraisópolis e Heliópolis. Com isso, nós estamos completando investimentos que já vinham sendo realizados - o que, também, faz todo o sentido. E, no caso de Billings e de Guarapiranga, é bom lembrar que, para permitir a retirada das pessoas das margens dos mananciais – o que é importante não só do ponto de vista do risco que para essas populações morar na beira de mananciais representa, principalmente diante de problemas

climáticos, mas também pelo fato de que é fundamental dar qualidade a essas obras – nós vamos oferecer 15 mil moradias do Minha Casa, Minha Vida só para garantir essa realocação das pessoas deslocadas das margens. Também vamos autorizar R\$1,6 bilhões, também com obras do Minha Casa, Minha Vida na retaguarda para garantir a qualidade da obra.

É importante lembrar que as obras de drenagem, elas também têm impacto na mobilidade. Se nós não temos obras efetivas de drenagem, nós sabemos que a cidade não vai estar preparada para enfrentar problemas climáticos que interrompem o tráfego, que criam incomodações além de perdas muito... perdas econômicas terríveis mas, sobretudo e, principalmente, evitar perdas de vidas humanas. Os investimentos são basicamente nos córregos do Morro do S, na Paciência, no Tremembé, Uberaba, Riacho do Ipiranga e Ribeirão Perus.

Eu queria dizer a vocês que não é a primeira vez que eu venho aqui a São Paulo anunciar obras. Mas é a primeira vez que nós anunciamos de forma concentrada, R\$8 bilhões, e anunciamos a viabilidade dessas obras começarem a ocorrer no curto prazo. O que de fato, como falou o prefeito, é algo muito importante para a população.

Nós, desde o início do governo, aqui em São Paulo, em parceria com o governo federal, o governo estadual e a prefeitura, nós, nessas três áreas - mobilidade, drenagem e obras de mananciais – nós investimos R\$ 26 bilhões em obras diversas, em obras espalhadas pela cidade.

Nós sabemos que aqui na cidade de São Paulo vivem 11 milhões de pessoas. 55% dessas pessoas usam transporte coletivo. Nós sabemos que ao longo da década dos [19]80 e dos [19]90, uma das teorias divulgadas no Brasil é que o Brasil não tinha renda, nível de renda suficiente para comportar metrô. Ora, como é possível ter uma cidade do tamanho da cidade de São Paulo sem transporte metroviário, sem transporte enterrado, como se diz, sem que o transporte possa ter uma velocidade que recorte a cidade, recorte toda sua extensão. Não é possível.

Essa teoria que o Brasil não tinha renda suficiente é responsável pelo fato de sermos, talvez, a cidade, a maior cidade do mundo com o menor sistema de transporte metroviário do mundo. Isto é uma questão muito séria, e nós temos de encará-la e enfrentar esse desafio com todas as armas que temos, com as parcerias que fazemos com o governo do estado para acelerar as obras de metrô. E no caso da prefeitura com a parceria para criar corredor de ônibus que faça o transporte de superfície fluir a ponto de permitir que o tempo de deslocamento seja reduzido.

Por que essa fala do nosso ministro Aguinaldo – o que nós ganhamos na mobilidade é o tempo – é uma fala importante? Porque o tempo, talvez, para as pessoas seja o sinônimo de vida. Tempo é vida! É no tempo que você vive. Então, tirar as pessoas do transporte, colocar nas suas casas, nos seus lazers, no seu trabalho, na sua faculdade ou na sua escola é transferir e devolver vida à população.

Por isso, o governo federal está empenhado em investimento em metrô, corredor de ônibus, VLTs, está empenhado em assegurar isso. Nesse sentido, nós estamos, inclusive, olhando várias características para esse novo conjunto de investimento que nós vamos fazer. Nós já colocamos, desde o início do governo, R\$89 bilhões no Brasil inteiro. Desses 89 bilhões, 30% mais ou menos estão aqui.

Nós estamos colocando mais R\$50 bilhões. É justo que a primeira cidade a receber desses R\$50 bilhões os primeiros 8 – e aí, Fernando, eu estou de fato fazendo aqui uma promessa, estou chamando de primeiros 8 – seja São Paulo. Por quê? Porque aqui está concentrado o maior desafio, é aqui que está concentrado o maior desafio do Brasil.

Temos outras cidades também desafiadoras como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, né? As demais cidades, elas ainda estão na categoria de cidades grandes para médias e, por isso, foi nelas que nós começamos a fazer metrô novamente. O governo federal investiu em metrô em Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Distrito Federal, além das parcerias com São Paulo e Rio de Janeiro. Por quê? Porque essa é uma questão absolutamente séria em cidades. É impossível supor um espaço urbano em que você não tenha um fluxo de transporte que permita que o início dos processos de marginalização social, que é empurrar as populações mais pobres para as periferias, seja interrompido, a não ser que nós tenhamos metrô. Porque se você empurra para as periferias, o transporte tem de aproximar do centro. É isso que é o processo de compensação da distribuição desigual do espaço urbano.

Daí por que então eu fico muito feliz de estar aqui anunciando esses R\$8 bilhões. E nós, nesses 50 bilhões a mais que vamos colocar, também teremos um empenho muito grande para que cidades tenham um sistema de transporte público urbano compatível com a necessidade da sua população. E eu acredito que, de fato, uma das questões mais importantes do Brasil do ponto de vista social e econômico seja a questão do transporte coletivo urbano. Acho que as cidades no Brasil não podem impedir que as pessoas tenham o seu tempo de lazer. E, ao mesmo tempo, não pode criar uma barreira tão grande a que as pessoas sejam obrigadas a passar seis horas da sua vida dentro de transporte coletivo. Por isso, o nosso objetivo hoje é aplicar nesses corredores, aplicar da forma mais eficiente possível. Nós já temos outras obras aqui, como é o caso dos investimentos nas linhas verde e lilás do metrô, na modernização e na troca de equipamentos da linha diamante da CPTM, na implantação dos monotrilhos das linhas prata e ouro e do monotrilho que vai ligar São Paulo a São Bernardo. Além de investirmos [em corredores de ônibus] na Avenida Inajar de Souza e no trecho que vai ligar Capão Redondo a Capão [Campo] Limpo e Vila Sônia.

Nós também olhamos esse processo com grande preocupação no passado. O governo federal também faz um esforço para enfrentar os desafios e ser parceiro dos prefeitos no que se refere aos seus custos. Nós desoneramos a folha de pagamento das empresas de ônibus e também o PIS/Cofins das empresas de ônibus, o que resultou numa redução de 7,23% do custo nas tarifas.

Nós estamos propondo uma ampla reunião de todos os setores ligados à questão da mobilidade urbana para discutir a planilha de cálculo das tarifas, que para vocês terem uma ideia é de 20 anos atrás. Ela foi feita quando o Geipot ainda era vivo. O Geipot foi extinto como sistema e, portanto, a metodologia do Geipot, ela tem 20 anos. De lá para cá as coisas mudaram. Foi revista em [19]99, se eu não me engano... [19]94? Foi revista em [19]94, mas de qualquer forma é em torno de 20 anos. Eu considero que este seja um dos grandes desafios dos próximos anos do Brasil: um enfrentamento claro dos problemas de transporte das grandes cidades. E um investimento nas cidades médias deste país para

evitar que elas tenham os mesmos problemas que os 20, 30 anos de não investimento nas cidades grandes brasileiras acarretaram.

Eu queria aproveitar esse momento e fazer uma reflexão com os senhores. Na segunda-feira foi divulgado, antes de ontem, foi divulgado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O Brasil, descrito por esse índice, impressiona pelos avanços que nós obtivemos no enfrentamento à desigualdade. Eu vou me referir a esse índice, em primeiro lugar, porque nós vemos uma evolução muito clara. Em [19]91, menos de 1% dos municípios brasileiros tinha um IDH alto ou médio. Em 2010, 74% já estavam nesse nível de desenvolvimento, o que é um ganho absolutamente significativo e mostra uma tendência de crescimento sustentável e constante.

Em segundo lugar, não é Netinho?, os avanços nos municípios das regiões Norte e Nordeste foram mais intensos que nas outras regiões, o que também é muito importante para o país, porque você diminuiu a desigualdade regional.

Em terceiro lugar porque nós progredimos em todas as dimensões que compõem o índice, nós progredimos na melhoria do conhecimento, no aumento do tempo de vida das pessoas, no padrão de vida das pessoas. Mas o avanço que foi mais intenso, e aí eu acho importante falar isso perante o ex-ministro da Educação, foi na educação. O que contribuiu – e o que mais contribuiu para o avanço do IDH, foi em termos de 65% da contribuição – foi a educação, Fernando. A educação que você teve uma participação efetiva nesse processo. E eu, portanto, não poderia deixar de lembrar isso. E essa é uma área, a área da educação, que é associada à construção do futuro do nosso país. Nós não vamos ter uma nação desenvolvida se isso não acontecer, se esse processo não se transformar sistematicamente numa tendência constante e crescente de melhoria.

Mas eu falo tudo isso porque eu acho que nós temos de incorporar um desafio ao nosso IDH Municipal, que é a mobilidade urbana. Eu acho que daqui nós temos de ter, esse momento é um momento especial, porque permite que a gente diga o seguinte: assim como nós somos capazes de melhorar tudo isso ao longo desse processo, eu tenho certeza que nós, com trabalho árduo, que é característico do povo dessa cidade, com a determinação de investir nas pessoas, em garantir proteção social às pessoas, nós também somos capazes de garantir a devolução do tempo para as pessoas.

Por isso, nós podemos dizer que hoje nós damos um passo muito efetivo na redução da desigualdade em relação à forma pela qual cada um apropria o seu tempo. Uns são obrigados a acordar às 4h30 da manhã para poder chegar no trabalho às 7h, outros não precisam de fazer isso. Mas todos, de uma certa forma, são impedidos pelo trânsito, são impedidos se comparados às vezes tempos e tempos, mesmo em transporte privado, entre um semáforo e outro semáforo. Portanto, eu acho que nós estamos aqui hoje para enfrentar uma das bases da desigualdade, que também é a apropriação diferenciada do espaço urbano. Garantir transporte público rápido, seguro e de qualidade é um dos eixos de combate à desigualdade no universo das cidades médias e grandes.

Eu tenho certeza que o prefeito, que acaba de me dizer que a partir de amanhã ou depois de amanhã muitas dessas obras já terão se iniciado, é um grande parceiro, para que, como fez na Educação, nós façamos no caso da mobilidade urbana.

Obrigada, Fernando, e um abraço!